**CÂMARA MUNICIPAL DE MOCOCA**

**CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2025**

**INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 01/2025**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 08/2025**

**EDITAL Nº 02/2025**

|  |  |
| --- | --- |
| **Data de abertura:** | **03/04/2025** |
| **Impugnações ou pedidos de esclarecimentos quanto ao Edital:** | **16/04/2025** |
| **Data limite de entrega da Documentação de Credenciamento e Proposta:** | **24/04/2025** |
| **Análise e julgamento documentos do credenciamento:** | **30/04/2025** |
| **Fase Recursal:** | **03 dias úteis para razões do recurso, sucedidos 03 dias úteis para contrarrazões recursais quanto à decisões administrativas previstas no item 6.3 deste Edital.** |
| **Escolha da credenciada pelos Servidores:** | **2 dias úteis contados da Convocação** |
| **Celebração de contrato com as empresas escolhidas:** | **2 dias úteis contados da data da convocação** |
| **Comprovação da rede de estabelecimentos pelas empresas escolhidas:** | **10 dias úteis contados da assinatura do contrato** |
| **Entrega dos cartões:** | **10 dias corridos contados do encaminhamento da relação de beneficiários (Ordem de serviço)** |
| **Referências de horário:** | **HORÁRIO DE BRASÍLIA-DF** |
| **ENDEREÇO ELETRÔNICO para envio das propostas e documentação:** | [www.bll.org.br](http://www.bll.org.br) |
| **LINK DO EDITAL:** | <https://www.mococa.sp.leg.br/transparencia/licitacoes-e-contratos/edital-de-licitacao/2025/credenciamento-no-01-2025-inexigibilidade-no-01-2025> |

**EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA PROCEDIMENTO AUXILIAR DE** **CREDENCIAMENTO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ADMINISTRAÇÃO, IMPLEMENTAÇÃO, GERENCIAMENTO, EMISSÃO, DISTRIBUIÇÃO E FORNECIMENTO DE CARTÕES ELETRÔNICOS/MAGNÉTICO TIPO AUXÍLIO REFEIÇÃO COM CHIP DE SEGURANÇA, COM TECNOLOGIA DE COMUNICAÇÃO POR APROXIMAÇÃO (NFC, QR CODE OU SIMILARES) E CARTÃO VIRTUAL.**

**1. DA COMUNICAÇÃO E DO OBJETO**

1.1 A **CÂMARA MUNICIPAL DE MOCOCA**, Inscrita no CNPJ Nº 49.387.640/000195, com sede à Praça Marechal Deodoro, nº26, Centro, Mococa-SP - CEP: 13.730-047, torna público para conhecimento dos interessados que realizará Chamamento Público no 1/2025 - procedimento auxiliar na forma DE CREDENCIAMENTO Nº 1/2025, para contratação de empresas prestadoras dos serviços continuados de administração, implementação, gerenciamento, emissão, distribuição e fornecimento de cartões eletrônicos/magnético tipo Auxílio Refeição com chip de segurança e com tecnologia de comunicação por aproximação (nfc, qr code ou similares) e cartão virtual destinados aos servidores públicos da Câmara Municipal de Mococa, para aquisição de refeições prontas, em estabelecimentos comerciais credenciados, conforme normas do Programa de Alimentação do Trabalhador – PAT e demais condições a serem estabelecidas em Edital e seus anexos para o exercício de 2025, e posteriores, até o limite da Lei Federal 14.133/21, conforme especificações deste Edital e constituído de partes e anexos na seguinte sequência:

1.2Integram o presente Edital os anexos:

Anexo I – TERMO DE REFERÊNCIA;

Anexo II – ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR;

Anexo III – MODELO DE MINUTA CONTRATUAL;

Anexo IV - SOLICITAÇÃO DE CREDENCIAMENTO.

1.3 O presente certame será regido pelas seguintes normas, sem prejuízo de outras aplicáveis:  
Lei nº 14.133/2021.

Disponível em : <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/l14133.htm>   
Ato nº 437/2023:

Disponível em: <https://sapl.mococa.sp.leg.br/norma/13989?display>

Ato nº 439/2023:

Disponível em: <https://sapl.mococa.sp.leg.br/norma/13990?display>

**1.4 DAS INFORMAÇÕES**

1.4.1. O valor total estimado deste certame é de R$151.800,00 (cento e cinquenta e um mil e oitocentos reais).

**2. DO LOCAL, DO PERÍODO E DO HORÁRIO PARA A ENTREGA DOS DOCUMENTOS PARA CREDENCIAMENTO**

2.1. Entrega da documentação:

2.1.1 A entrega da documentação deverá ocorrer a partir da data de publicação deste edital até às 23h59 do dia 24 de abril de 2025.

2.2. Análise da documentação enviada ocorrerá até o dia 30/04/2025, e será disponibilizada na plataforma eletrônica da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil - BLL ([www.bll.org.br](http://www.bll.org.br)).

2.2.1. Não há impedimentos para que novos interessados enviem documentação posteriormente a essa data (art. 79, I da Lei 14.133/2021).

2.2.2. Caso satisfaçam os requisitos, terão, depois do encerramento deste Chamamento Público, sua documentação analisada no prazo de 15 (quinze dias úteis) e, preenchidos os requisitos, integrarão o cadastro de credenciados para futuras contratações relacionadas a fornecimento e gerenciamento de auxílio refeição.

2.2.3. Contudo, não serão habilitados para o(s) contrato(s) a ser(em) firmado(s) nos prazos definidos neste edital.

2.2.4. A Administração poderá republicar editais de credenciamento, para maior publicização e chamamento de novos interessados.

2.2.5. As credenciadas deverão celebrar o contrato, sempre que convocadas, sob pena das sanções relacionadas à inexecução total da contratação.

2.2.6. Caso as credenciadas não desejem mais serem potenciais contratadas, deverão solicitar o seu descredenciamento com 30 (trinta) dias de antecedência.

2.2.7. Dentro do período constante do item 2.2.5 de 30 (trinta) dias ficarão sujeitas à obrigação do item 2.

2.2.8. As credenciadas que possuam contrato em vigor não estarão impedidas de se descredenciarem, desde que respeitado o prazo anteriormente fixado, contudo, seu descredenciamento não as desobriga da correta execução do contrato vigente celebrado.

2.2.9. A Administração manterá em seu site relação das empresas credenciadas.  
  
**2.3 O Edital estará disponível nos seguintes canais:**

2.3.1. Extrato no Diário Oficial da Câmara Municipal de Mococa: <https://www.mococa.sp.leg.br/institucional/diario-oficial-eletronico-da-camara-municipal/doe-2025>   
2.3.2. Íntegra no Portal Nacional de Compras Públicas: https://www.gov.br/pncp/pt-br

2.3.3. Íntegra no site da Câmara Municipal de Mococa: <https://www.mococa.sp.leg.br/transparencia/licitacoes-e-contratos/edital-de-licitacao/2025>

2.3.4. Íntegra no Portal da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil - BLL ([www.bll.org.br](http://www.bll.org.br)).

2.3.5. Poderá ser retirado, presencialmente, na Câmara Municipal, das 8h00 às 17h00 horas, às expensas do interessado.

**3. DA APRESENTAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE CREDENCIAMENTO**

3.1. Deverão ser apresentados os seguintes documentos para fins do CREDENCIAMENTO:

**3.1.1. PROVA DA HABILITAÇÃO JURÍDICA:**

a) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

b) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedade civil, acompanhado da prova de diretoria em exercício;

c) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

d) Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial da respectiva sede.

3.1.1.1 os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

a) Para fins de comprovação deste item, deverá ser apresentada certidão do respectivo registro na junta comercial ou no registro civil de pessoas jurídicas, conforme o caso.

**3.1.2. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:**

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas:

<https://solucoes.receita.fazenda.gov.br/servicos/cnpjreva/cnpjreva_solicitacao.asp>

b) Certidão de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão negativa de débitos, ou de positiva com efeitos de negativa:

<https://solucoes.receita.fazenda.gov.br/Servicos/certidaointernet/PJ/Emitir>

c) Certidão de regularidade fiscal perante a Secretaria de Estado da Fazenda Pública Estadual, mediante apresentação de certidão negativa de débitos, ou de positiva com efeitos de negativa;

d) Certidão de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS): <https://consulta-crf.caixa.gov.br/consultacrf/pages/impressao.jsf>

e) Certidão de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943: <https://cndt-certidao.tst.jus.br/inicio.faces>

f) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Municipal, relativo ao domicílio ou sede do proponente, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame.

g) Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do proponente, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.

**3.1.3. DISPOSIÇÕES ESPECÍFICAS: PROVA DA REGULARIDADE FISCAL DAS ME/EPPS**

a) A comprovação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do contrato; (LC no 123, art. 42);

b) As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação neste certame, deverão apresentar toda a documentação exigida para fins de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição; (LC no 123, art. 43, caput);

c) Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do momento em que o proponente for declarado credenciado no certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa; (Lei Complementar nº 123, art. 43, § 1º);

d) A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem anterior, implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital e das demais medidas legais autorizadas à Administração.

**3.1.4. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:**

a) Apresentar CERTIDÃO NEGATIVA DE FALÊNCIA expedida pelo distribuidor da sede do proponente;

b) As empresas que se encontrem em situação de recuperação judicial deverão apresentar o Plano de Recuperação, homologado pelo juízo competente e em pleno vigor, conforme Súmula 50 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo e do AREsp 309.867/ES do Superior Tribunal de Justiça:

SÚMULA Nº 50 - Em procedimento licitatório, não pode a Administração impedir a participação de empresas que estejam em recuperação judicial, das quais poderá ser exigida a apresentação, durante a fase de habilitação, do Plano de Recuperação já homologado pelo juízo competente e em pleno vigor, sem prejuízo do atendimento a todos os requisitos de habilitação econômico-financeira estabelecidos no edital.

STJ: A exigência de apresentação de certidão negativa de recuperação judicial deve ser relativizada a fim de possibilitar à empresa em recuperação judicial em participar do certame, desde que demonstre, na fase de habilitação, a sua viabilidade econômica. Ref. Lei 6.024/74, art. 1o e 19, II c/c Resp. STJ no 1.878.653 (Informativo nº 722).

c) Apresentar Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Endividamento (IE), na forma descrita, comprovados mediante a apresentação pelo proponente de balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais e obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

⮊ Liquidez Geral (LG) = Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo

Passivo Circulante + Passivo não circulante

(O resultado deverá ser maior ou igual a 1,00)

⮊ Liquidez Corrente (LC) = Ativo Circulante

Passivo Circulante

(O resultado deverá ser maior ou igual a 1,00)

⮊ Índice de Endividamento (IE) = Pass. Circulante + Exig. a Longo Prazo

Ativo Total

(O resultado deverá ser menor ou igual a 1)

c.1) As empresas criadas no exercício financeiro do credenciamento deverão atender a todas as exigências de habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura (art. 65, § 1º da Lei 14.133, de 2021)

c.2) As empresas criadas no exercício financeiro do credenciamento deverão atender a todas as exigências de habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura (art. 65, § 1º Lei 14.133, de 2021)

c.3) O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

c.4) Admite-se a apresentação de balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato/estatuto social.

c.5) Não será admitida, para fins de demonstração da capacidade Índice aferível a partir de pesquisas junto ao E.TCESP e STJ.

3.1.4.1 O proponente deverá apresentar, complementarmente, para fins de habilitação, capital social de 10 % (dez por cento) do valor estimado da contratação (Lei 14.133/2021, art. 69, § 4º).

**3.1.5. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:** Os atestados de capacidade técnica podem ser apresentados em nome da matriz ou da filial da proponente.

a) Para a qualificação técnica, deverá o proponente apresentar 1 (um) atestado ou mais atestados que demonstrem aptidão para a prestação do serviço e execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior.

b) Os atestados poderão ser emitidos por pessoa jurídica de direito público ou privado.

c) Entende-se por mesma natureza e porte, atestado(s) de serviços similares ao objeto da licitação que demonstrem que a empresa prestou serviços de fornecimento de benefícios mediante cartão ou sistema eletrônico de pagamento no valor de ao menos **R$ 75.900,00 (setenta e cinco mil e novecentos reais)**, o qual correspondente a 50% (cinquenta por cento) do objeto do credenciamento/estimativa de cartões.

**OBSERVAÇÕES:**a) Os serviços contratados deverão ser executados no prazo de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado nos termos da Lei 14.133/2021, e suas alterações.

b) Os serviços deverão ser prestados a partir da data consignada em ordem de início dos serviços contratados.

**3.1.6. DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR**

a) O Agente de Contratação poderá exigir complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame (Lei federal nº 14.133/2021 – art. 64, I).

**3.1.7. DAS VEDAÇÕES À PARTICIPAÇÃO:**

3.1.7.1 será vedada a participação de empresas/proponentes:

a) reunidas em consórcio, em razão da natureza do objeto ser o fornecimento de cartão com chip, na forma de item único, indivisível, sem alta complexidade e que não exige altas capacidades técnicas ou financeiras, sendo estas razoáveis à natureza plurianual da contratação;

b) sob falência, recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores, dissolução ou liquidação.

c) Serão aceitas as empresas em recuperação judicial ou extrajudicial desde que apresente o plano de recuperação homologado;

d) impedidas ou suspensas de contratar;

e) que possuam outros impeditivos legais de responsabilidade do licitante em declarar; f) não poderá participar, ainda, direta ou indiretamente, do procedimento do credenciamento ou da execução do contrato, agente público da Câmara Municipal, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria.

g) esta vedação se estende a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

**3.2. DISPOSIÇÕES GERAIS SOBRE A DOCUMENTAÇÃO DE CREDENCIAMENTO:**

3.2.1. Os documentos relativos ao credenciamento deverão ser encaminhados, exclusivamente por meio do Sistema de Credenciamento de forma eletrônica, no link <https://bll.org.br/> , preferencialmente fazendo referência no assunto a Chamamento Público nº 1/2025 - Credenciamento nº 01/2025, contendo toda a documentação exigível assinada digitalmente pelo proponente ou seu procurador.

3.2.2. Não serão aceitos documentos em substituição aos documentos ora exigidos, inclusive no que se refere às certidões.

3.2.3. Na hipótese de não constar prazo de validade nas certidões apresentadas, serão aceitas como válidas as expedidas até 60 (sessenta) dias imediatamente anteriores à data de apresentação das propostas.

3.2.4. Se o proponente for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

3.2.5. Caso o proponente pretenda que um de seus estabelecimentos, que não o participante desta licitação, execute o futuro contrato, deverá apresentar toda documentação de ambos os estabelecimentos.

3.2.6. A entrega de documento de credenciamento que apresente falha não sanável na sessão acarretará a inabilitação do proponente para o(s) contrato(s) a ser celebrado nos prazos estabelecidos neste Edital, exceto quanto à documentação relativa à regularidade fiscal das ME/EPPs, quando se aplicará o disposto no item 3.1.4 deste edital.

3.2.7. O Agente de Contratação ou a Equipe de apoio diligenciarão por meio de consulta na Internet junto aos sites dos órgãos expedidores a fim de verificar a veracidade dos documentos obtidos por este meio eletrônico.

3.2.8. Como condição prévia ao exame da documentação de credenciamento do proponente, o Agente de Contratação verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis)

b) Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep)

c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, do Conselho Nacional de Justiça.

3.2.9. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa proponente e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429/1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

3.2.10. Constatada a existência de sanção, o Agente de Contratação reputará ao licitante a condição de inabilitado, por falta de condição de participação.

**4. DAS CONDIÇÕES DO CREDENCIAMENTO:**

4.1. Poderão participar do presente Credenciamento pessoas jurídicas legalmente constituídas, habilitadas, com idoneidade econômico-financeira, regularidade jurídico fiscal, que não tenham sofrido penalidade de suspensão ou declaração de idoneidade por parte do Poder Público conforme abaixo, que satisfaçam as condições fixadas neste edital e anexos e que aceitem as regras estabelecidas pela Câmara Municipal de Mococa.

4.1.1. Podem participar deste Credenciamento:

4.1.1.1. As empresas interessadas no ramo de atividade pertinente ao objeto da contratação que atenderem a todas as exigências de credenciamento e de habilitação.

4.1.1.2. É vedada a apresentação de mais de uma proposta de habilitação neste Credenciamento.

4.1.1.3. Os proponentes deverão se apresentar junto ao Agente de Contratação, na data e horário fixados neste edital, exclusivamente pela plataforma Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil - BLL ([www.bll.org.br](http://www.bll.org.br) ) por intermédio de um representante que o credencie a participar deste procedimento, venha a responder por sua representada, devendo, ainda, no ato de credenciamento, identificar-se por cópia autenticada da carteira de identidade ou outro documento equivalente juntando-o a documentação.

4.1.2. Não poderá participar deste Credenciamento a empresa que:

4.1.2.1. Esteja declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal;

4.1.2.2. Esteja suspensa e/ou impedida de contratar com a Câmara Municipal de Mococa;

4.1.2.3. Tiver registrada no seu contrato social atividade incompatível com o objeto deste Credenciamento.

4.2. Nenhuma pessoa, ainda que munida de procuração, poderá representar mais de um proponente no presente certame, sob pena de exclusão sumária das representadas.

**5. DA ANÁLISE DOS DOCUMENTOS DE CREDENCIAMENTO**

5.1. A documentação de credenciamento apresentada até a data e horário fixados neste edital será examinada pelo Agente de Contratação e pela Equipe de Apoio. Verificado o encaminhamento de todos os documentos exigidos, o Agente de Contratação declarará o(s) proponente(s) credenciado, elaborando ata a ser posteriormente publicada na página da Câmara Municipal e no Portal Nacional de Compras Públicas, caso haja disponibilidade no sistema.

5.2. Não será credenciada a proponente que:

5.2.1. deixar de apresentar qualquer um dos documentos relacionados neste Edital, ou apresentá-los em desacordo com as demais exigências do presente Edital.

5.2.2. não comprovar os requisitos de habilitação ou outros exigidos no item 3 deste Edital, ou que os apresente em desacordo com as exigências deste Edital.

5.3. Após decisão do Agente de Contratação dos proponentes credenciados, caberá recurso na forma do item 6 deste Edital, devendo a intenção de recorrer ser realizada imediatamente, sob pena de preclusão.

**6. DA IMPUGNAÇÃO E DO RECURSO**

6.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este edital por irregularidade na aplicação da Lei federal nº 14.133/2021 ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido **até 3 (três) dias úteis** antes da data de abertura do certame.

6.1.1. É vedado o anonimato.

6.1.2. Para a impugnação ou pedido de informação/esclarecimento, é obrigatório a apresentação de documento de identificação com foto, no caso de pessoa física, e de prova da representação (procuração ou ato equivalente), em caso de representante de pessoa jurídica.

6.1.3. O não atendimento importará no arquivamento da impugnação ou pedido de esclarecimento, sem análise de mérito, sem prejuízo da análise de ofício pela Administração.

6.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de informação/esclarecimento será divulgada na plataforma Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil - BLL ([www.bll.org.br](http://www.bll.org.br) ), em até 3 dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

6.3. Caberá recurso, no prazo de 3 (três) dias úteis da intimação ou da lavratura da ata nos casos de:

6.3.1. Julgamento das propostas;

6.3.2. Habilitação ou inabilitação de proponente;

6.3.3. Anulação ou revogação da licitação;

6.3.4. Extinção do contrato, quando determinada por ato unilateral e escrito da Presidência da Câmara Municipal.

6.4. No caso dos itens 6.3.1 e 6.3.2 será observado o seguinte:

6.4.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão.

6.4.2. A apreciação será em fase única.

6.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

6.6. O acolhimento do recurso implicará invalidação apenas de ato insuscetível de aproveitamento.

6.7. O prazo para apresentação de contrarrazões será o mesmo do recurso e terá início na data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso.

6.8. Será assegurado ao proponente vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

6.9. Cabe pedido de reconsideração, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação, relativamente a ato do qual não caiba recurso hierárquico.

6.10. As demais regras de recurso são aquelas estabelecidas na Lei federal nº 14.133/2021.

6.11. As razões de recurso deverão ser protocolizadas, no prazo supra, no endereço plataforma Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil - BLL ([www.bll.org.br](http://www.bll.org.br) ) dirigidas ao subscritor deste Edital, sob pena de configurar se desistência da intenção de recurso manifestada na sessão pública.

6.12. Encerradas as fases de julgamento do credenciamento e da proposta, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que poderá:

a) determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;

b) revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade;

c) proceder à anulação do procedimento, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável;

d) adjudicar o objeto e homologar o procedimento.

6.13. Ao pronunciar a nulidade, a autoridade indicará expressamente os atos com vícios insanáveis, tornando sem efeito todos os subsequentes que deles dependam, e dará ensejo à apuração de responsabilidade de quem lhes tenha dado causa.

6.14. O motivo determinante para a revogação do processo licitatório deverá ser resultante de fato superveniente devidamente comprovado.

6.15. Nos casos de anulação e revogação, deverá ser assegurada a prévia manifestação dos interessados.

**7. DA REABERTURA DA SESSÃO**

7.1. A sessão pública poderá ser reaberta se for pertinente:

7.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

7.1.2. Quando houver erro na aceitação, ou o CREDENCIADO não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista.

**8. DA ADESÃO AO CREDENCIAMENTO:**

8.1. Torna-se implícito que os proponentes, ao responderem ao CREDENCIAMENTO, concordam integralmente com os termos deste Edital e seus anexos.

**8.2. O credenciamento permanecerá aberto a qualquer empresa que preencha os requisitos exigidos neste termo e poderá apresentar a documentação exigida em qualquer termo da vigência do credenciamento.**

**9. DAS CONDIÇÕES GERAIS:**

9.1. Os serviços objeto do presente credenciamento serão prestados sem custo à Câmara Municipal de Mococa, ou seja, **com taxa 0% de administração**, sem cobrança de quaisquer custos de operação necessários à execução do contrato.

9.2. Não há limite de credenciados, desde que obedecidas as regras editalícias, em especial quanto à taxa de administração (0%).

9.3. Após o credenciamento da empresa, esta poderá encaminhar folders e/ou vídeo institucional e materiais análogos para fins de divulgação de seus serviços.

**9.4. Independentemente do quantitativo de adesão, a credenciada fica obrigada a prestar os serviços objeto do credenciamento abrangendo todos aqueles servidores que tenham escolhido o seu respectivo cartão.**

**10. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

10.1 Os custos e despesas decorrentes dos pagamentos objeto deste chamamento público serão de responsabilidade da CÂMARA MUNICIPAL DE MOCOCA:

Dotação orçamentária:

3.3.90.39.00– Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

**11. DO SUPORTE LEGAL**

11.1. O presente edital é em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/21 e suas alterações.

**12. DO FORO**

12.1. Fica eleito o foro da comarca de Mococa, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões relativas ou resultantes do presente Edital e do respectivo contrato, a ser firmado com a empresa vencedora, que não tenham sido resolvidas administrativamente.

**13. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

13.1. Eventuais casos omissos neste Edital serão resolvidos pela Comissão Permanente de Licitações e Contratos.

13.2. Para conhecimento de todos, expede-se o presente Edital, que será afixado em quadro próprio da CÂMARA MUNICIPAL DE MOCOCA, no endereço mencionado no preâmbulo, publicado em jornal de grande circulação no Estado, no Diário Oficial Eletrônico da Câmara Municipal de Mococa, no site desta instituição e no Portal Nacional de Compras Públicas - PNCP.

Mococa, 02 de abril de 2025.

**Clayton Divino Boch  
Presidente**

**ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA**

**CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2025**

**INEXIGIBILIDADE Nº 01/2025**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 08/2025**

**EDITAL Nº 02/2025**

**OBJETO:** CREDENCIAMENTO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ADMINISTRAÇÃO, IMPLEMENTAÇÃO, GERENCIAMENTO, EMISSÃO, DISTRIBUIÇÃO E FORNECIMENTO DE CARTÕES ELETRÔNICOS/MAGNÉTICOS TIPO AUXÍLIO REFEIÇÃO COM CHIP DE SEGURANÇA E COM TECNOLOGIA DE COMUNICAÇÃO POR APROXIMAÇÃO (NFC, QR CODE OU SIMILARES).

**Forma de contratação sugerida:** Chamamento público para credenciamento de empresas do ramo de administração de cartões, conforme inciso II do art. 79 da Lei nº 14.133/2021.   
  
**Motivação**: Contratação de empresa especializada para dar início ao fornecimento do benefício de auxílio-refeição aos servidores da Câmara Municipal de Mococa.

**Justificativa para contratação**: A contratação do serviço de repasse do auxílio-refeição tem como objetivo assegurar o cumprimento da Resolução nº 02, de 25 de fevereiro de 2025, que institui o direito dos servidores públicos da Câmara Municipal de Mococa ao recebimento mensal desse benefício.

A contratação de uma empresa especializada para a gestão do auxílio refeição por meio de cartões eletrônicos/magnéticos com tecnologia de segurança (chip, NFC, QR Code ou similares) justifica-se pela otimização e eficiência que proporciona. Ao transferir a responsabilidade pela administração, emissão, distribuição e controle dos valores para uma empresa com expertise, a Câmara Municipal de Mococa poderá concentrar seus recursos em suas atividades principais, reduzindo custos operacionais e simplificando processos. A expertise da empresa contratada assegura a implementação de um sistema automatizado, minimizando erros e burocracia, além de centralizar a gestão com informações precisas e em tempo real.

A segurança e o controle aprimorados são outros pontos cruciais. A utilização de cartões eletrônicos com tecnologia de ponta oferece maior proteção contra fraudes e desvios, com monitoramento rigoroso das transações e rastreabilidade. Além disso, a empresa especializada disponibiliza uma ampla rede de estabelecimentos credenciados, proporcionando maior conveniência e flexibilidade aos servidores na utilização do benefício, inclusive com programas de vantagens e descontos.

A contratação garante conformidade com a legislação vigente, transparência na gestão dos recursos e acesso às tecnologias mais recentes do mercado. A empresa contratada se responsabilizará por atender às exigências legais, prestar contas de forma transparente e acompanhar as tendências tecnológicas para aprimorar continuamente os serviços oferecidos, assegurando uma gestão eficiente, segura e moderna do auxílio refeição para os servidores da Câmara Municipal de Mococa.

Além de garantir a efetiva disponibilização do auxílio, a medida visa proporcionar maior transparência, praticidade e segurança na sua concessão, otimizando a gestão dos recursos públicos e garantindo que os servidores tenham acesso facilitado a uma ampla rede de estabelecimentos conveniados. Dessa forma, busca-se não apenas cumprir a norma vigente, mas também aprimorar a qualidade dos benefícios oferecidos aos servidores, contribuindo para seu bem-estar e valorização.

**Estimativa de despesa:**

O valor mensal inicial do benefício é definido pela Resolução nº 02, de 25 de fevereiro de 2025, e é direito dos servidores públicos da Câmara Municipal de Mococa o recebimento mensal de auxílio refeição.

Assim, o valor médio estimado para contratação de 12 (doze) meses gira em R$ 151.800,00 (cento e cinquenta e um mil e oitocentos reais), considerando-se 20 servidores ativos, e valor de benefício de R$ 30,00 (trinta reais) por dia trabalhado, sendo que é estimado, para o ano de 2025, 253 dias úteis. O valor para cada servidor é de aproximadamente R$ 7.590,00 (sete mil quinhentos e noventa reais) por ano.

É preciso salientar que a data base de reajuste é 1º de janeiro de cada ano, podendo o valor de R$ 151.800,00 (cento e cinquenta e um mil e oitocentos reais), para 20 (vinte) servidores, ser reajustado a partir de janeiro de 2026, a depender da taxa auferida do acumulado dos doze meses anteriores do INPC.

Abaixo, tabela de projeção de valores estimados anuais para os próximos 5 anos, levando em consideração que estes valores podem sofrer modificações devido à variação do INPC.

|  |  |
| --- | --- |
| **Tabela 1: Estimativa (acumulado de 12 meses do INPC em 4,2%)** | |
| 2026 | R$ 158.175,60 |
| 2027 | R$ 164.818,98 |
| 2028 | R$ 171.741,38 |
| 2029 | R$ 178.954,18 |
| 2030 | R$ 186.470,26 |

|  |  |
| --- | --- |
| **Tabela 2: Estimativa (acumulado de 12 meses do INPC em 6%)** | |
| 2026 | R$ 160.908,00 |
| 2027 | R$ 170.562,48 |
| 2028 | R$ 180.796,23 |
| 2029 | R$ 191.644,00 |
| 2030 | R$ 203.142,64 |

A taxa de administração para fins deste chamamento público é de **0% (zero por cento)**, sem custo de qualquer operação necessária à execução do objeto, tais como emissão de cartões. A taxa nula de administração é fixa e irreajustável, sendo que qualquer outra proposta de taxa de administração não será aceita, sendo a interessada descredenciada do certame.

**Recursos orçamentários**

Estimativa de recursos orçamentários e financeiros para cobrir as despesas decorrentes da contratação, que deverá onerar a seguinte dotação orçamentária:

3.3.90.39.00 – Serviços terceiros pessoa jurídica

**1. CARACTERIZAÇÃO GERAL**

1.1. O auxílio refeição destina-se à aquisição de refeições prontas com estabelecimentos previamente credenciados, tais como restaurantes, padarias, conveniências, lanchonetes, e similares, com amplo credenciamento em máquina de cartões que possibilite acesso aos estabelecimentos supracitados.

1.2. A quantidade estimada de funcionários (e, portanto, de cartões magnéticos) é de 20 (vinte) unidades em 2025.

Mensalmente, a quantidade de funcionários contemplados com o benefício poderá variar em função de admissões/exonerações e de outros critérios internos a serem adotados.  
No primeiro mês de contrato, em até 10 (dez) dias corridos após receber a relação de funcionários que poderão ser contemplados com o benefício, a CONTRATADA enviará ao Departamento de Recursos Humanos desta Câmara Municipal os correspondentes Cartões Magnéticos personalizados.

1.3. Juntamente com cada cartão, a CONTRATADA deverá enviar manual ou folheto contendo as instruções para a utilização do cartão.

1.4. O Departamento de Recursos Humanos entregará aos funcionários, individualmente, os cartões e as instruções para a sua correta utilização.

1.5. O carregamento dos cartões (crédito) deverá ser executado pela CONTRATADA até o primeiro dia útil de cada mês, sendo que a CONTRATANTE enviará os valores referentes a cada funcionário que faz jus ao benefício, com 5 (cinco) dias úteis de antecedência.  
1.6. A CONTRATANTE enviará pedido de crédito em até 5 (cinco) dias úteis antes da efetivação dos créditos. A CONTRATADA emitirá a Nota Fiscal em até 2 dias úteis após o pedido. A CONTRATANTE efetuará o pagamento após a emissão da Nota Fiscal e até 1 dia útil antes da efetivação dos créditos.

1.7. Na ocorrência de algum caso que exceda os prazos estabelecidos no item 1.6, o crédito deverá ser liberado no mesmo mês, com apuração da responsabilidade.

1.8. O valor do benefício será disponibilizado mensalmente, e, caso o servidor não utilize na sua totalidade dentro do mês, o saldo deverá ser acumulado para utilização futura, sem prazo de validade, considerando que o valor concedido é subsidiado pela Câmara Municipal de Mococa.

**1.9. Os cartões deverão ser confeccionados na modalidade magnético com chip, e com tecnologia NFC (pagamento por aproximação) ou outra que venha a substituí-la, possuindo qualidade técnica para evitar fraudes e/ou falsificações, sendo entregues de forma individualizada e com a devida identificação do usuário.**

1.10. Os cartões magnéticos deverão ser fornecidos às expensas da CONTRATADA e deverão conter os seguintes dados:

• Denominação completa ou abreviada da Câmara Municipal de Mococa;

• Nome por extenso do funcionário;

• Validade de 5 (cinco) anos e mês de referência;

• Número sequencial de identificação do cartão.

1.10.1. Os cartões também poderão conter outra forma que possibilite identificar o usuário.  
1.11. Os créditos efetuados nos cartões refeição permanecerão disponíveis aos servidores independentemente da frequência do uso do cartão.

1.12. Em caso de término da vigência do termo, ou no caso de rescisão antecipada, manter-se-ão as mesmas condições do serviço até que os saldos dos cartões refeição se esgotem por completo.

1.13. O CONTRATADO deverá fornecer, após o crédito nos cartões, relatório digital disponibilizado no site, contendo os nomes dos usuários, objetivando a comprovação de recebimento pelas PARTES.

1.14. Em caso de furto, roubo, perda, extravio ou imperfeições no cartão, a CONTRATADA terá no máximo 7 (sete) dias úteis para confeccionar outro cartão e o encaminhar para o Departamento de Recursos Humanos desta Câmara, sem ônus para a CONTRATANTE.

1.15. A cada cartão magnético deverá ser atribuída senha individualizada de no mínimo 4 (quatro) dígitos, obedecendo aos padrões técnicos e características físicas que garantem a segurança quando da distribuição e da utilização no pagamento das despesas.   
1.16. O número de beneficiários poderá sofrer alterações devido a inclusões ou exclusões de servidores públicos do quadro de pessoal do ente público contratante, sendo inicialmente quantificado pela estimativa da despesa relacionada neste termo.  
1.17. A contratada deverá disponibilizar atendimento para que o beneficiário realize o desbloqueio do cartão, por telefone, pela internet e por aplicativo.

1.18. A visualização do saldo deverá ser via INTERNET, aplicativo e comprovante impresso no estabelecimento credenciado no momento da compra.

1.19. A CONTRATADA deverá manter nos estabelecimentos credenciados, identificação de sua adesão ao sistema, em local de fácil visualização, assim como manter atualizada a relação de estabelecimentos filiados ou credenciados ao sistema.

1.20. Deverá ser mantida e disponibilizada pela CONTRATADA, para acesso via internet e aplicativo, a base de estabelecimentos cadastrados para uso dos servidores, sempre atualizada.

1.21. A CONTRATADA deverá substituir o estabelecimento indicado pelo CONTRATANTE que não atenda adequadamente.

1.22. A CONTRATADA deverá comunicar imediatamente à CONTRATANTE qualquer alteração na relação de estabelecimentos credenciados constante da proposta apresentada e, caso solicitado, efetuar credenciamento adicional de estabelecimentos de interesse da CONTRATANTE no prazo máximo de até 5 (cinco) dias úteis a contar do recebimento da solicitação, ou na impossibilidade de atender ao credenciamento adicional solicitado, deverá oferecer credenciamento de estabelecimentos alternativos a fim de suprir as necessidades da CONTRATANTE.

1.23. A CONTRATADA deverá descredenciar os estabelecimentos comerciais que não atenderem às posturas municipais, estaduais e federais sobre o seu funcionamento ou ainda que por ação ou omissão concorram para o desvirtuamento da finalidade do benefício ou para qualquer outra prática irregular como a exigência de ágio, a imposição de desconto para a utilização de cartão, etc.

**1.24. A CONTRATADA deverá disponibilizar a opção de cartão virtual, por meio de internet e aplicativo, seguindo os mesmos moldes do cartão físico.**

**2. DO SISTEMA DE CARTÕES E SERVIÇOS DE INFORMAÇÃO**

2.1. O sistema de cartões deverá permitir ao beneficiário o controle de saldo e utilização, por meio de aplicativo e Internet, com senha numérica pessoal e intransferível.

2.2. A CONTRATANTE disponibilizará, por meio eletrônico, arquivo em formato .xls, contendo os valores correspondentes de cada beneficiário (cartão), devendo a CONTRATADA fazer as adequações em seu respectivo sistema, para que ocorra a leitura e processamento correto do arquivo enviado.

2.3. Os créditos inseridos nos cartões eletrônicos, caso não utilizados dentro do mês de competência, deverão obrigatoriamente somar-se aos próximos créditos.

2.4. A CONTRATADA deverá disponibilizar um serviço de atendimento telefônico, com número divulgado (inclusive no cartão), para esclarecimentos de dúvidas, conferência de saldo, troca de senha, autorização de compra (se for o caso), realização de bloqueio imediato, em casos de extravio, roubo ou furto, prestando todas as informações que se fizerem necessárias para que os usuários façam o uso correto do benefício.

**3. COMPETE À CONTRATANTE**

3.1. Fornecer relação de servidores contendo nome, matrícula, órgão e endereço de lotação para subsidiar a CONTRATADA na confecção e entrega dos cartões;

3.2. Informar à CONTRATADA quando houver quaisquer alterações no quantitativo, valores, percentual por modalidades, bem como a inclusão e exclusão de localidades de entrega dos cartões.

3.3. Efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA nos prazos e condições ajustadas.   
3.4. A CONTRATANTE poderá, caso necessário, realizar pesquisa de satisfação semestral com os servidores. Caso não haja satisfação igual ou superior a 70%, o termo poderá ser rescindido.

3.5. A CONTRATANTE poderá fiscalizar a CONTRATADA junto aos estabelecimentos para aferir se o credenciado junto a rede realmente está ativo e se estão recebendo devidamente o repasse financeiro.

**4. COMPETE À CONTRATADA**

4.1. Fornecer os cartões em estrita conformidade com as condições e exigências estipuladas no presente termo de referência.

4.2. Fornecer sistema de pedidos compatível com o sistema operacional da CONTRATANTE, para execução do pedido e disponibilização de créditos nos cartões de refeição.   
4.3. Disponibilizar, de forma permanente e regular, os créditos nos cartões nos valores e quantidades definidos, individualmente, conforme critérios estipulados pela CONTRATANTE.  
4.4. Disponibilizar para a CONTRATANTE relatórios customizados com painel de controle, com interface amigável para gestão de colaboradores ativos, histórico e cancelamento de pedidos, cargas, estorno, atualizado em tempo real, além de funções financeiras para emissão de recibos e notas fiscais.

4.5. Manter Central de Atendimento 24 horas, por meio de ligação sem custo e via internet, de segunda a domingo, para esclarecimentos de dúvidas dos usuários relativas à utilização do benefício, assim como plataforma ou aplicativo com autosserviço para informações sobre rede credenciada, fornecimento, saldos e extratos demonstrativos das compras efetuadas, etc.

4.6. Manter acesso por meio de ambiente web e de aplicativo para consulta de redes de estabelecimentos ativa, que deverá ser atualizada sempre que houver alteração.

4.7. Disponibilizar aplicativo (app) para o usuário contendo:

a) Interface intuitiva com fácil acesso a lista atualizada de estabelecimentos ativos;

b) Consulta de estabelecimentos por proximidade ou categoria;

c) A data do próximo crédito com até 5 dias úteis de antecedência;

d) Extrato de transações e saldos;

e) Serviço para cancelamento e solicitação de 2ª via do cartão;

f) Bloqueio e desbloqueio de cartões;

g) Item para definir e recuperar senha;

h) Opção para indicação de estabelecimentos para credenciamento;

i) Sistema nas versões para Android e IOS.

j) Acesso ao cartão virtual.

k) Não se aplica o disposto nos itens 4.7 “b”, “i” e 5.5 deste Termo de Referência para as empresas que operam com ARRANJO ABERTO tais como VISA, MASTERCARD e ELO, por serem de conhecimento público e notório sua aceitabilidade nacional, devendo ser aplicado a prova de conceito a fim de comprovar sua operacionalidade.

4.8. Manter credenciamento junto a pelo menos 10 (dez) empresas de máquinas de cartões (POS e TEF), processadoras de transações realizadas por cartões de crédito, débito e voucher antes ou em até 15 dias após o credenciamento.

**4.9. Possuir credenciados de, pelo menos, 10 (dez) estabelecimentos no município de Mococa, sendo no mínimo 5 (cinco) restaurantes EM ATÉ 15 DIAS APÓS O CREDENCIAMENTO.**

4.9.1. Possuir cartão eletrônico/magnético físico, com dispositivo de aproximação para pagamento (NFC ou similar).

4.9.2 Possuir cartão virtual para pagamento.

4.9.3. Disponibilizar e garantir ampla rede de estabelecimentos comerciais credenciados e ativos, no prazo máximo de 30 dias a partir da data da celebração do termo.   
4.10. A CONTRATADA poderá a qualquer tempo solicitar a inclusão de novos estabelecimentos credenciados, visando a melhoria no atendimento dos beneficiários.  
4.11. As PARTES poderão realizar diligências junto aos estabelecimentos credenciados informados, para fins de verificação da real aceitação dos cartões refeição da empresa CONTRATADA.   
4.12. Manter nos estabelecimentos conveniados, em local visível, a identificação do convênio por meio de placas, selos identificadores ou adesivos.

4.13. Levando-se em conta seu preço à vista no ato da compra, em hipótese alguma os estabelecimentos credenciados poderão majorar os preços dos produtos, face ao pagamento ser efetivado por meio do Cartão.

**5. CRITÉRIOS PARA SELEÇÃO DOS INTERESSADOS**

5.1. Após a seleção dos fornecedores que atendam os pré-requisitos para participação, a Câmara Municipal de Mococa realizará processo interno de seleção, em que os funcionários (usuários), selecionarão a melhor opção, conforme apresentação do produto. **Não há número mínimo de usuários para a contratação, podendo, em tese, ser até 20 empresas contratadas.**

5.2. Será concedido o prazo de 5 dias úteis a contar da publicação das empresas que demonstraram interesse na participação do credenciamento, para que encaminhem digitalmente à CONTRATANTE seu material de comunicação e marketing com a finalidade de apresentar as vantagens e diferenciais. Após análise, a Comissão de Licitações e Contratos deverá disponibilizar para divulgação entre os funcionários o material enviado pelas empresas.

5.3. O material deverá ser apresentado em arquivo pdf., em formato pesquisável, e/ou através de vídeo de até 10 (dez) minutos.

5.4. O material será analisado pela Comissão e será disponibilizado aos servidores da Câmara para fins de conhecimento.

5.5. A Comissão avaliará os seguintes critérios no processo interno de seleção do auxílio refeição:

a) Relação da Rede de estabelecimentos credenciados (obedecendo ao mínimo estipulado no termo de referência). A empresa deverá anexar contratos firmados com os estabelecimentos ou outro documento para comprovação do credenciamento.

b) Relação dos Canais de atendimento ao cliente (aplicativos, canais de atendimento online, telefone e físico - (obedecendo ao mínimo estipulado no termo de referência). A empresa deverá apresentar declaração caracterizando os canais de atendimento disponíveis para consulta dos usuários.

c) Quantidade de usuários de serviços semelhantes ao objeto deste edital (obedecendo ao mínimo estipulado no termo de referência). A empresa deverá anexar atestado de capacidade técnico-operacional emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, exceto pelo próprio INTERESSADO.

d) Qualidade e a quantidade dos estabelecimentos serão levadas em consideração pelos próprios servidores públicos beneficiários quando da escolha dentre as credenciadas.   
e) As credenciadas poderão encaminhar folders, vídeo(s) e materiais análogos com informações, referentes ao seu cartão credenciado, visando a subsidiar os servidores públicos na escolha do cartão que melhor lhe atenda, sendo garantido a todas as empresas a mesma exposição/divulgação dos materiais durante o período de opção.

5.6. A falsidade de informações nas propostas, sobretudo com relação ao critério de julgamento, deverá acarretar a eliminação da proposta, podendo ensejar, ainda, a aplicação de sanção administrativa contra a instituição proponente e comunicação do fato às autoridades competentes, inclusive para apuração do cometimento de eventual crime.

5.7. A empresa CONTRATADA terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis para a assinatura do contrato.

**6. DO PRODUTO OFERECIDO E DA REDE CREDENCIADA**

6.1. Não há quantidade mínima de estabelecimentos credenciados exigidos como condição de credenciamento pelo ente público, porém, deve ser observado o item 4.9 do presente Termo de Referência, ressaltando-se que a qualidade e a quantidade dos estabelecimentos poderão ser levadas em consideração pelos próprios servidores públicos beneficiários quando da escolha dentre os cartões credenciados no momento da escolha.

Mococa, 2 de abril de 2025.

Rosa Carolina Negrini da Costa  
Agente de Contratação

Clayton Divino Boch  
Presidente da Câmara Municipal de Mococa

**ANEXO II - ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR (ETP)**

**CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2025  
INEXIGIBILIDADE Nº 01/2025  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 08/2025  
EDITAL Nº 02/2025**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 08/2025**

**1. INTRODUÇÃO**

**1.1** Este Estudo Técnico Preliminar (ETP) foi elaborado conforme a previsão do art. 18, § 1º, incisos I, IV, VIII, XII, XIII, e § 2º da Lei federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e Ato da Mesa da Câmara Municipal de Mococa nº 437/2023, que regulamentou os procedimentos de inexigibilidade de licitação fundamentados no art. 74 da Lei federal nº 14.133/2021 no âmbito da Câmara Municipal de Mococa.

**1.2** A demanda teve origem em documento de formalização de demanda (DFD), subscrito pelo Senhor Júlio Dias Taliberti, servidor em comissão, ocupante do cargo de Diretor de Secretaria, protocolado em 06/03/2025, o qual solicita a contratação de empresa que forneça serviço de cartões eletrônicos de benefício de refeição (auxílio refeição) para os servidores da Câmara Municipal de Mococa, sob a justificativa primária de que nova contratação faz-se necessária devido à aprovação e publicação da Resolução nº 002, de 25 de fevereiro de 2025, que dispõe sobre a instituição e concessão de auxílio-refeição aos servidores da Câmara Municipal de Mococa.

A Resolução traz em seu bojo a criação do auxílio refeição aos servidores da Câmara Municipal de Mococa, instituindo a forma de pagamento por meio de cartão eletrônico, sendo viável à Administração a contratação da prestação do serviço através das disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021. Com a norma em vigor, é imperioso que, para o funcionário gozar de tal benefício, haja a devida contratação de empresa especializada para poder gerenciar os pagamentos via cartão.

Sendo assim, faz-se necessário a pronta abertura de processo para nova contratação de serviço de fornecimento de cartão eletrônico que viabilize a aquisição de refeições pelos servidores desta Instituição, devendo tal medida providenciada com celeridade, para o efetivo gozo de tal direito pelos beneficiários.

É preciso salientar que a Lei Federal nº 14.442/2022 trouxe vedações aos empregadores, que não poderão exigir ou receber qualquer tipo de deságio ou imposição de descontos sobre o valor contratado para fornecimento do auxílio-alimentação e refeição por empresas do ramo.

**1.3** O DFD foi autorizado na mesma data de seu protocolo pela autoridade gestora responsável. Este ETP tem como objetivo identificar as possibilidades existentes para suprir a demanda, conforme tópico subsequente.

**2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO, CONSIDERADO O PROBLEMA A SER RESOLVIDO SOB A PERSPECTIVA DO INTERESSE PÚBLICO**

A presente demanda é oriunda da edição da Resolução nº 02, de 25 de fevereiro de 2025, que instituiu novo benefício aos servidores públicos da Câmara Municipal de Mococa na figura de auxílio refeição no montante de R$30,00 (trinta) reais por dia trabalhado.

O benefício foi criado com o objetivo de melhorar a qualidade de vida dos servidores, proporcionando o acesso a refeições prontas e de sua escolha. O valor foi pensado com base na média praticada pelos restaurantes em Mococa para refeições prontas (marmitas).

A presente justificativa visa demonstrar a necessidade imperiosa de contratação de empresa especializada para a administração, implementação, gerenciamento, emissão, distribuição e fornecimento de cartões eletrônicos/magnéticos de auxílio-refeição, dotados de chip de segurança e tecnologia de comunicação por aproximação (NFC, QR Code ou similares), para os servidores da Câmara Municipal de Mococa.

A edição de norma interna que instituiu o benefício de auxílio-refeição para os servidores desta Câmara representa um marco importante na valorização do capital humano e na promoção de um ambiente de trabalho mais saudável e produtivo. A concessão deste benefício alinha-se com as melhores práticas de gestão de pessoas, reconhecendo a importância de garantir o acesso a uma alimentação adequada e equilibrada durante a jornada de trabalho.

Sob a perspectiva do interesse público, a implementação do auxílio-refeição visa resolver um problema concreto que impacta diretamente o bem-estar, a saúde e a qualidade de vida dos servidores, refletindo no desempenho de suas funções em prol do interesse público. Sem o benefício, os servidores podem enfrentar:

* Dificuldade de acesso a refeições adequadas: Muitos servidores podem não ter tempo ou condições de preparar suas próprias refeições, recorrendo a opções menos saudáveis, como lanches rápidos ou alimentos processados, ou mesmo pulando refeições.
* Impacto na saúde e bem-estar: A alimentação inadequada pode levar a problemas de saúde a longo prazo, como obesidade, diabetes, doenças cardiovasculares e outros distúrbios, afetando a disposição e a capacidade de concentração dos servidores.
* Redução da produtividade: A falta de uma alimentação adequada pode gerar fadiga, irritabilidade e dificuldade de concentração, impactando negativamente a produtividade e a qualidade do trabalho realizado.
* Desigualdade: Servidores com menor poder aquisitivo podem ser os mais afetados pela falta de acesso a refeições adequadas, criando uma situação de desigualdade dentro da instituição.

A contratação de uma empresa especializada em serviços de cartões refeição garante a gestão eficiente do benefício, pois a empresa contratada será responsável por toda a gestão do programa, desde a emissão e distribuição dos cartões até o credenciamento de estabelecimentos e o controle de saldos, liberando a Câmara Municipal para focar em suas atividades fins.

Os cartões com chip de segurança e tecnologia de aproximação garantem a segurança dos valores e a rastreabilidade das transações, evitando fraudes e desvios.

A empresa contratada deverá oferecer uma ampla rede de estabelecimentos credenciados, garantindo que os servidores tenham diversas opções de escolha e conveniência. As empresas especializadas investem em tecnologia e inovação para oferecer soluções cada vez mais eficientes e personalizadas, como aplicativos para consulta de saldo, extrato e rede credenciada. A empresa contratada deverá garantir o cumprimento de todas as normas e regulamentos aplicáveis ao benefício do auxílio-refeição, evitando problemas legais para a Câmara Municipal.

Diante do exposto, fica evidente a necessidade de contratação de empresa especializada em serviços de cartões refeição para garantir a implementação eficiente e eficaz do benefício do auxílio-refeição para os servidores da Câmara Municipal de Mococa. A medida contribui para a promoção da saúde, bem-estar e qualidade de vida dos servidores, impactando positivamente no desempenho de suas funções e, consequentemente, no atendimento ao interesse público. A contratação visa otimizar a gestão do benefício, garantindo segurança, controle e acesso a uma ampla rede de estabelecimentos credenciados, em conformidade com a legislação vigente.

**3. DEMONSTRAÇÃO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL**

A contratação dos serviços de administração, implementação, gerenciamento, emissão, distribuição e fornecimento de cartões eletrônicos/magnético tipo auxílio refeição (refeições prontas) com chip de segurança e com tecnologia de comunicação por aproximação (nfc, qr code ou similares) tem previsão no Plano de Contratações Anual (PCA) da Câmara Municipal de Mococa, publicado na Edição Extra nº 348/2024, de 10 de dezembro de 2024, do Diário Oficial Eletrônico do Poder Legislativo de Mococa, publicado no Portal Nacional de Compras Públicas em 13/12/2024, com alteração divulgada no Diário Oficial Mococa em 11 de março de 2025, Edição nº 382/2025.

Em razão de a criação do benefício ter ocorrido após a publicação do Plano de Contratações, houve a inserção da contratação no instrumento de planejamento.

**4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

Visando atender à demanda, é necessária a contratação de empresa especializada na prestação de serviços para administração, gerenciamento, emissão, distribuição e fornecimento de auxílio refeição.

A contratada deverá atuar na área de administração, gerenciamento, emissão, distribuição e fornecimento de ajuda de custo (vale refeição).

A contratada deverá apresentar documentos que comprovem as qualificações jurídica, fiscal, trabalhista, técnica e financeira que serão explicitados no Termo de Referência e no respectivo Edital.

Entendemos pertinente que o Termo de Referência contemple, dentre outros requisitos, os seguintes:

a) Exigência de atestado de capacidade técnica;

b) Balanço patrimonial e índices financeiros para demonstrar a boa saúde financeira das concorrentes;

c) Apresentação de relação de empresas credenciadas como condição para assinatura do contrato e em prazo razoável.

A empresa deverá manter uma rede credenciada de estabelecimentos no município de Mococa, de forma a atender à proposta do auxílio refeição.

O contrato deverá estar em consonância com a Lei federal nº 14.442/2022, que dispõe sobre o pagamento de auxílio-alimentação e refeição aos empregados regidos pela CLT e altera a Lei nº 6.321, de 14 de abril de 1976, e a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

Considerando que cada trabalhador beneficiário do auxílio-alimentação possui a prerrogativa de escolher livremente a prestadora do cartão entre as credenciadas, com base na Lei federal nº 14.442/2022 e na Lei federal nº 14.133/2021, artigo 79, inciso II, fica estabelecido que poderão ser firmados tantos contratos com operadoras distintas do serviço quanto o número de servidores da Câmara Municipal, devendo cada fornecedora atender às condições pactuadas no respectivo instrumento contratual.

**5. ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES PARA A CONTRATAÇÃO**

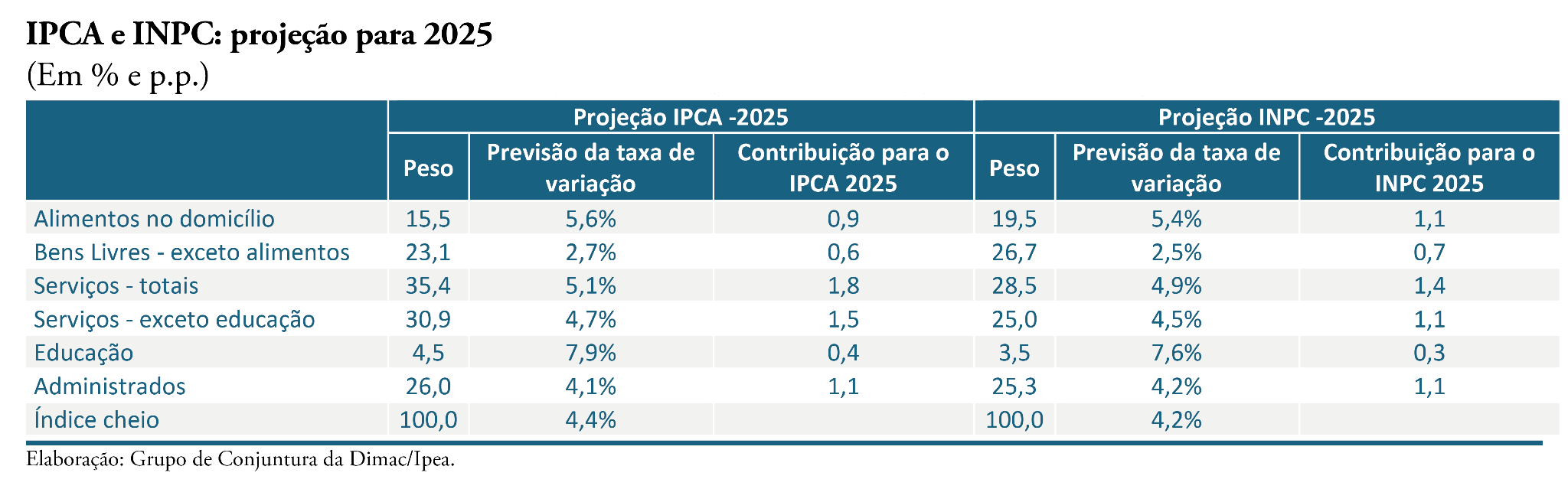
Para fins de previsão, fica estimado o fornecimento do benefício mensal para 20 (vinte) servidores por meio dos cartões eletrônicos/magnéticos/aproximação personalizados com valor mensal de crédito de R$ 30,00 (trinta reais) por dia trabalhado. Atualmente, a Câmara Municipal de Mococa possui 17 servidores efetivos e 3 servidores comissionados.

A estimativa leva em conta o reajuste médio que se tem a cada ano, utilizando-se o índice INPC. Em consulta ao site do IBGE sobre a série histórica do INPC[[1]](#footnote-1), encontramos, nos últimos 5 anos, as seguintes taxas acumuladas em dezembro de cada ano:

|  |  |
| --- | --- |
| **Tabela 1** | |
| dez/2020 | 5,44% |
| dez/2021 | 10,16% |
| dez/2022 | 5,93% |
| dez/2023 | 3,70% |
| dez/2024 | 4,77% |

A média deste período correspondeu a 6,00% (seis por cento).

O projeto de lei da LOA federal para o ano de 2025 prevê:



Fonte: IPEA[[2]](#footnote-2)

Desta forma, consideramos que o intervalo entre 4,2% (cinco vírgula cinco por cento), projetado pelo IPEA para o INPC de 2025, e 6% (seis por cento) é prudencial para os reajustes anuais do valor do cartão refeição.

Assim, o valor médio estimado para contratação, por 12 (doze) meses gira em R$ 151.800,00 (cento e cinquenta e um mil e oitocentos reais), considerando-se 20 servidores ativos, e valor de benefício de R$ 30,00 (trinta reais) por dia trabalhado, sendo que é estimado para o ano de 2025 253 dias úteis. O valor individual para cada servidor é de aproximadamente R$ 7.590,00 (sete mil quinhentos e noventa reais) por ano.

É preciso salientar que a data base de reajuste é 1º de janeiro de cada ano, podendo o valor de R$ 151.800,00 (cento e cinquenta e um mil e oitocentos reais) ser reajustado a partir de janeiro de 2026, a depender da taxa auferida do acumulado dos doze meses anteriores do INPC.

Abaixo, tabela de projeção de valores estimados anuais para os próximos 5 anos, levando em consideração que estes valores podem sofrer modificações devido à variação do INPC.

|  |  |
| --- | --- |
| **Tabela 2: Estimativa (acumulado de 12 meses do INPC em 4,2%)** | |
| 2026 | R$ 158.175,60 |
| 2027 | R$ 164.818,98 |
| 2028 | R$ 171.741,38 |
| 2029 | R$ 178.954,18 |
| 2030 | R$ 186.470,26 |

|  |  |
| --- | --- |
| **Tabela 3: Estimativa (acumulado de 12 meses do INPC em 6%)** | |
| 2026 | R$ 160.908,00 |
| 2027 | R$ 170.562,48 |
| 2028 | R$ 180.796,23 |
| 2029 | R$ 191.644,00 |
| 2030 | R$ 203.142,64 |

**6. LEVANTAMENTO DE MERCADO**

6.1 Este levantamento de mercado visa identificar as soluções disponíveis e viáveis para a contratação de empresa especializada na administração, implementação, gerenciamento, emissão, distribuição e fornecimento de cartões eletrônicos/magnéticos de auxílio-refeição para os servidores da Câmara Municipal de Mococa, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021 e a Lei nº 14.442/2022. Dada a natureza do serviço, a análise concentra-se em empresas especializadas no ramo de benefícios e gestão de cartões.

**6.2 Análise das Alternativas:**

Foram identificadas as seguintes alternativas no mercado, baseadas em pesquisas online, consulta a outros órgãos públicos e análise da legislação pertinente:

**6.2.1 Solução 1:** Gestão Interna pelo Município: Esta alternativa envolveria a Câmara Municipal assumir integralmente a gestão do auxílio-refeição, desde a emissão dos cartões até o credenciamento de estabelecimentos e o controle financeiro.

Vantagens: Maior controle sobre o processo e potencial customização do serviço.

Desvantagens: Necessidade de alocação de recursos humanos e financeiros significativos, incluindo a contratação ou desenvolvimento de um sistema de gestão específico e a dedicação de servidores para a execução das tarefas. Requer expertise interna em gestão de benefícios e legislação trabalhista, além dos riscos inerentes à responsabilidade direta pela administração dos recursos. Esta solução foi descartada preliminarmente devido ao seu elevado custo e complexidade, conforme mencionado no item 2 do ETP.

**6.2.2 Solução 2:** Contratação de Empresa Especializada (Modelo Tradicional): Consiste na contratação de uma empresa especializada em gestão de benefícios para realizar a administração completa do auxílio-refeição, incluindo emissão, distribuição e recarga dos cartões, credenciamento de estabelecimentos, suporte aos usuários e geração de relatórios.

Vantagens: Liberação da Câmara Municipal para focar em suas atividades fins. Acesso à expertise de empresas especializadas, que possuem sistemas de gestão eficientes e redes de estabelecimentos credenciados. Menor custo operacional para a Câmara, uma vez que a taxa de administração tende a ser zero.

Desvantagens: Risco de dependência do fornecedor contratado e a necessidade de fiscalização rigorosa do contrato para garantir o cumprimento das obrigações. A Lei nº 14.442/2022 proíbe a exigência de deságio ou descontos, o que pode levar a propostas com taxa zero e dificultar o desempate em processos licitatórios tradicionais. A escolha do vencedor em licitações com empate pode ser problemática, considerando os critérios de desempate da Lei nº 14.133/2021 e a falta de regulamentação interna para aferição das hipóteses.

**6.2.3 Solução 3:** Credenciamento de Empresas Especializadas: Esta modalidade envolve a realização de um chamamento público para credenciar empresas especializadas em gestão de benefícios, permitindo que os próprios servidores escolham qual empresa utilizar.

Vantagens: Maior liberdade de escolha para os servidores, que podem optar pela empresa que melhor atenda às suas necessidades. Redução da complexidade do processo licitatório, uma vez que o foco se concentra na habilitação das empresas e não na disputa por preços. Alinhamento com as recentes decisões do TCU e TCE/SP, que têm se mostrado favoráveis ao credenciamento como alternativa viável após a proibição da taxa negativa. Solução mais eficiente diante da impossibilidade de competição por preços.

Desvantagens: Necessidade de estabelecer critérios claros e objetivos para o credenciamento, garantindo a qualidade dos serviços prestados pelas empresas. Exige um sistema eficiente para o controle e acompanhamento das escolhas dos servidores e o pagamento às empresas credenciadas. Potencial necessidade de suporte adicional aos servidores para auxiliar na escolha da empresa mais adequada.

**6.3 Análise Técnica e Econômica Comparativa:**

A tabela a seguir apresenta uma análise comparativa das alternativas, considerando os aspectos técnicos e econômicos:

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Critério** | **Solução 1 (Gestão Interna)** | **Solução 2 (Contratação Tradicional)** | **Solução 3 (Credenciamento)** |
| Custo Operacional | Alto | Médio | Baixo |
| Complexidade | Alta | Média | Baixa |
| Controle | Alto | Médio | Baixo |
| Flexibilidade | Alta | Média | Alta |
| Expertise | Baixa | Alta | Alta |
| Risco Legal | Médio | Médio | Baixo |
| Alinhamento à Legislação | Médio | Médio | Alto |
| Satisfação do Servidor | Baixa | Média | Alta |

**6.4 Justificativa Técnica e Econômica da Solução Escolhida:**

Após análise das alternativas, a **Solução 3 (Credenciamento de Empresas Especializadas)** se apresenta como a **opção mais adequada e vantajosa** para a Câmara Municipal de Mococa, pelos seguintes motivos:

1. **Alinhamento à legislação e jurisprudência:** O credenciamento está em consonância com as recentes decisões do TCU e TCE/SP, que o consideram uma alternativa viável diante da proibição da taxa negativa e da dificuldade de desempate em licitações tradicionais.
2. **Eficiência econômica:** A solução minimiza os custos operacionais para a Câmara Municipal, uma vez que não exige a alocação de recursos humanos e financeiros significativos.
3. **Maior satisfação dos servidores:** O credenciamento oferece aos servidores a liberdade de escolher a empresa que melhor atenda às suas necessidades, aumentando a satisfação e o engajamento.
4. **Redução da complexidade:** O processo de credenciamento é menos complexo do que a licitação tradicional, permitindo que a Câmara Municipal foque na habilitação das empresas e na garantia da qualidade dos serviços.
5. **Mitigação de riscos legais:** O credenciamento reduz o risco de questionamentos legais, uma vez que está em conformidade com a legislação e jurisprudência vigentes.

Em resumo, a solução de credenciamento de empresas especializadas para a gestão do auxílio-refeição representa a alternativa mais eficiente, econômica, legalmente segura e alinhada aos interesses dos servidores da Câmara Municipal de Mococa.

**6.5 Próximos Passos:**

1. Elaboração do Termo de Referência detalhado para o chamamento público de credenciamento, definindo os critérios de habilitação, os requisitos técnicos e a forma de operacionalização do sistema de escolha pelos servidores.
2. Realização de consulta pública para coletar sugestões e contribuições da sociedade e das empresas interessadas.
3. Publicação do chamamento público e divulgação em meios de comunicação adequados.
4. Análise da documentação e habilitação das empresas que atenderem aos requisitos.
5. Implementação do sistema de escolha pelos servidores e acompanhamento da execução dos serviços.

Este levantamento de mercado demonstra a viabilidade e a justificativa técnica e econômica da solução escolhida, em conformidade com os princípios da Lei nº 14.133/2021 e da Lei nº 14.442/2022.

**7. DAS PECULIARIDADES DA CONTRATAÇÃO**

Oportuno registrar, ainda, até mesmo para fins de justificativa da opção escolhida, que a contratação em questão possui peculiaridades que a coloca entre um dos assuntos mais impugnados atualmente junto à Corte de Contas do Estado de São Paulo.[[3]](#footnote-3)

**7.2 DA IMPOSSIBILIDADE DE APRESENTAÇÃO DE TAXA NEGATIVA**

Com o advento da Medida Provisória nº 1.108/2022 que posteriormente veio a ser convertida na Lei federal nº 14.442/2022, a taxa negativa que era até então uma prática comum nesse segmento de mercado, especialmente nas licitações públicas, passou a ser expressamente proibida segundo a legislação supracitada, vejamos:

*“Art. 3º O empregador, ao contratar pessoa jurídica para o fornecimento do auxílio-alimentação de que trata o art. 2º desta Lei, não poderá exigir ou receber:*

*I - Qualquer tipo de deságio ou imposição de descontos sobre o valor contratado;”*

O Tribunal de Contas do Estado de São Paulo passou a adotar posicionamento que vai ao encontro do que dispõe a Lei federal nº 14.442/2022, ou seja, firmou jurisprudência no sentido de proibir que os editais de licitações aceitem propostas com “taxa negativa”. Inúmeras são as decisões nesse sentido, conforme pode ser confirmado na Sessão do Tribunal Pleno de 17/08/2022, nos autos do TC-16435.989.22-3.

Confira-se excertos daquela decisão:

*“No mérito, recordo ter submetido ao E. Plenário desta Corte, em Sessão de 06-04- 2022, decisão que indeferiu medida liminar pleiteada nos autos do eTC9245.989.22-3, que abrigou representação formulada contra edital da Câmara Municipal de Guaratinguetá. À ocasião, diante da previsão editalícia que vedava o oferecimento de taxa negativa, restou consignada a inexistência de óbice legal para tal, mesmo que por entidade não inscrita no Programa de Alimentação do Trabalhador. Mais adiante, em Sessão de 11-05-2022, este mesmo Colegiado houve por bem ir além do então decidido, e diante de previsão que expressamente autorizava a oferta de taxa negativa, deliberou-se pela necessidade de se excluir aquela permissão: ‘Posto isto, circunscrito às questões analisadas, considero parcialmente procedentes as impugnações, determinando que a Administração adote as medidas corretivas necessárias ao cumprimento da lei e desta decisão, especialmente para excluir a permissão da oferta de taxa negativa.’ (eTC10031.989.22-1 – Tribunal Pleno – Conselheiro Sidney Estanislau Beraldo). Faço tais remissões, no intuito de evidenciar a evolução do entendimento jurisprudencial deste Tribunal. Enquanto a decisão proferida no eTC-9245.989.22-3 se limitou a admitir a vedação do oferecimento de taxa negativa contida no edital (independentementede o órgão promotor do certame ser ou não inscrito no PAT, por inexistência de óbice legal); a partir da decisão proferida nos autos do eTC10031.989.22-1, esta Corte passou a determinar a vedação (“excluir a permissão da oferta de taxa negativa”). Sendo esta, portanto, a hipótese dos autos, cabe no presente caso a aplicação do entendimento firmado àquela última oportunidade.*”

A consequência dessa mudança foi que as novas licitações (que passaram a vedar a taxa negativa) começaram a ter praticamente todas as empresas participando com taxa 0,00 (zero), ou seja, todas as participantes começaram a ter suas propostas empatadas, já que ninguém poderia baixar mais sua proposta ao atingir a taxa zero. Diante dessa situação, inúmeras licitações (que estão se fundamentando ainda nas leis federais nº 10.520/02 e nº 8.666/93) estão sendo decididas por meio de SORTEIO quando os critérios previstos no § 2º do art. 3º da Lei federal nº 8.666/93 se mostravam insuficientes para desempatar as propostas, consoante dispõe o artigo 45 § 2º da lei 8.666/93.

*“Lei 8.666/93, art. 45, § 2 º No caso de empate entre duas ou mais propostas, e após obedecido o disposto no § 2 o do art. 3o desta Lei, a classificação se fará, obrigatoriamente, por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.”*

*…*

*“§ 2º Em igualdade de condições, como critério de desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços:*

*II - produzidos no País;*

*III - produzidos ou prestados por empresas brasileiras.*

*IV - produzidos ou prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País.*

*V - produzidos ou prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.”*

Esse, então, vem sendo o resultado das licitações ainda instruídas nos ditames das Leis federais nº 10.520/02 e nº 8.666/93, quando se veda a taxa negativa: todas as empresas empatadas em taxa zero e licitações decididas por meio de sorteio.

Ocorre que a nova lei de licitações (Lei federal nº 14.133/2021) não prevê mais a possibilidade de sorteio, adotando como critério de desempate o previsto no artigo 60, vejamos:

*“Art. 60. Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem:*

*I - disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;*

*II - avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;*

*III - desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento; (Vide Decreto nº 11.430, de 2023) Vigência*

*IV - desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.*

*§ 1º Em igualdade de condições, se não houver desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:   
I - empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;*

*II - empresas brasileiras;*

*III - empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;  
  
IV - empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.*

*§ 2º As regras previstas no caput deste artigo não prejudicarão a aplicação do disposto no art. 44 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.”*

Desta forma, considerando os critérios de desempate da nova legislação, é bem provável que mesmo aplicando todos os critérios ali constantes, ainda assim, não tenhamos um vencedor, tendo em vista a ausência, no âmbito da administração licitante, de registros cadastrais, regulamentos ou atos normativos que informem ou disciplinem os métodos para aferição das hipóteses elencadas.

**7.3 DA IMPOSSIBILIDADE DE LICITAÇÃO COM CRITÉRIO DE JULGAMENTO DO TIPO TÉCNICA E PREÇO**

7.3.1 A opção de lançar uma licitação do tipo técnica e preço não se mostra possível, uma vez que o objeto em questão não se enquadra nas hipóteses previstas no art. 36, § 1º e seus incisos da Lei federal nº 14.133/2021, vejamos o que dispõe a norma:

*“Art. 36. O julgamento por técnica e preço considerará a maior pontuação obtida a partir da ponderação, segundo fatores objetivos previstos no edital, das notas atribuídas aos aspectos de técnica e de preço da proposta.*

*§ 1º O critério de julgamento de que trata o caput deste artigo será escolhido quando estudo técnico preliminar demonstrar que a avaliação e a ponderação da qualidade técnica das propostas que superarem os requisitos mínimos estabelecidos no edital forem relevantes aos fins pretendidos pela Administração nas licitações para contratação de:  
I - serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual, caso em que o critério de julgamento de técnica e preço deverá ser preferencialmente empregado;*

*II - serviços majoritariamente dependentes de tecnologia sofisticada e de domínio restrito, conforme atestado por autoridades técnicas de reconhecida qualificação;*

*III - bens e serviços especiais de tecnologia da informação e de comunicação;  
IV - obras e serviços especiais de engenharia;*

*V - objetos que admitam soluções específicas e alternativas e variações de execução, com repercussões significativas e concretamente mensuráveis sobre sua qualidade, produtividade, rendimento e durabilidade, quando essas soluções e variações puderem ser adotadas à livre escolha dos licitantes, conforme critérios objetivamente definidos no edital de licitação.”*

Corrobora com esse entendimento a seguinte decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo proferida no TC-002097.989.23-0, que determinou a anulação do certame.

*“No mérito, consoante as uníssonas vozes dos órgãos oficiantes, é Inadequada a eleição do tipo “técnica e preço” para o objeto colocado em disputa - prestação de serviços de fornecimento de vale-alimentação em formato de cartões eletrônico-magnéticos personalizados uma vez que não se coaduna com a definição de serviço de natureza predominantemente intelectual constante no art. 46, caput, da Lei Federal nº 8.666/93.”*

**7.3.2 Da licitação modalidade Pregão eletrônico:**

Como demonstrado, por não ter opção de descontos abaixo da taxa zero, o certame acabará sendo decidido pelos critérios de desempate da nova Lei Federal nº 14.133/2021. No caso, é bem provável que mesmo aplicando todos os critérios ali constantes, ainda assim, não tenhamos um vencedor, tendo em vista a ausência, no âmbito da administração licitante, de registros cadastrais, regulamentos ou atos normativos que informem ou disciplinem os métodos para aferição das hipóteses elencadas. Assim sendo, essa modalidade, que antes era usada como efetiva e eficiente pela Administração, se tornou ultrapassada pela consequente atualização dos preceitos legais.

**7.4 DO CREDENCIAMENTO**

7.4.1 Muitos defendem a realização de procedimento auxiliar do tipo credenciamento realizado por meio de um chamamento público para a licitação de vale refeição. Nesse tipo de licitação, credenciam-se todos os interessados que preencherem os requisitos mínimos do edital, a taxa de administração será zero para todos, e ficará a cargo de cada funcionário da Câmara de Mococa escolher, dentre as credenciadas, quem desejar para a realização dos serviços. O TCU, inclusive, já se manifestou sobre licitações lançadas como credenciamento. Na oportunidade, a Corte Suprema de Contas (TCU) entendeu pela possibilidade de realização do credenciamento para licitações do tipo**.**

Vejamos o que decidiu o TCU:

*“É possível a utilização pelas empresa estatais, por analogia, da hipótese de credenciamento prevista no art. 79, inciso II, da Lei 14.133/2021 visando à contratação de serviço de gerenciamento e fornecimento de vales alimentação e refeição, em substituição à licitação com critério de julgamento pelo menor preço, inviabilizada para esse tipo de contratação após a edição do Decreto 10.854/2021 e da MP 1.108/2021.”Fonte: Informativo de Licitações e Contratos nº 445 – TCU*

Oportuno, ainda, trazer a lição do professor Ronny Charles acerca da matéria:

*“Ademais, imaginando que os arranjos são normais nesse mercado, o obstáculo definido pela Medida Provisória trará dificuldades na definição do vencedor da licitação, uma vez que, provavelmente, diversos licitantes poderão apresentar preços inferiores ao estabelecido artificialmente como mínimo.  
Em uma comparação, seria como se o preço médio de mercado de um produto fosse 100 e a Administração estivesse impelida pela Medida Provisória a exigir propostas iguais ou superiores a 120. A identificação do vencedor desta licitação tende a se dar através de sorteio ou de acordo escuso entre os próprios licitantes.  
Com a aplicação das regras da MP, a realização de licitação tenderá a ser uma solução ineficiente para a escolha do contratado, já que todos os interessados tenderão a ter o mesmo menor preço (desconto zerado). Assim, caso esse dispositivo não seja revisto pelo Poder Legislativo, talvez a solução prática se dê com a realização de Credenciamento, instaurado por chamamento público, como instrumento apto, que permita ao usuário a escolha da credenciada que lhe oferecerá o vale-alimentação ou vale-refeição.   
Uma vez credenciadas as empresas interessadas, poderá o servidor público escolher a empresa que melhor lhe convêm, fazendo com que a transferência de benefícios se dê diretamente ao usuário, para atrair sua escolha.” (disponível em: https://ronnycharles.com.br/licitacoes-publicas-e-o-pagamento-do-auxilio-alimentacao-medida-provisoria-1108/ consultado em 07/03/2025)*

O assunto também foi citado no: ACÓRDÃO 5495/2022 – SEGUNDA CÂMARA – TCU – Possibilidade de utilização de credenciamento por empresas estatais, para contratação de serviço de gerenciamento e fornecimento de vales alimentação e refeição.

Na ocasião, o julgador citou:

*“o credenciamento tem sido a alternativa encontrada pela Administração Pública para contratar serviços de gerenciamento e fornecimento de vales alimentação e refeição após a proibição do emprego da taxa de administração negativa, veiculada no Decreto nº 10.854/2021 e na Medida Provisória 1.108/2021”.*

Recentemente o TCE/SP, em seu processo TC-021288.989.22-1, também se manifestou favorável ao credenciamento. Vejamos alguns trechos do **RELATOR CONSELHEIRO ANTONIO ROQUE CITADINI:**

*“O instituto do credenciamento é largamente utilizado pela Administração e aceito por doutrina e jurisprudência, inclusive nesta Corte de Contas. É uma ferramenta disponível, que se bem utilizada fornece boa solução ao gestor.”*

*‘‘O credenciamento não provém de inovação legislativa, observa-se que a novidade que houve e que motiva a mudança de rumo jurisprudencial é outro fato, qual seja, a proibição de taxa negativa nos contratos de gerenciamento de vale alimentação, este sim o fator que merece nossa primordial atenção. Nesse contexto, o advento da proibição de desconto ou deságio em taxas de administração de benefícios de vale alimentação e refeição – inicialmente por força da Medida Provisória nº 1.108, de 2022, posteriormente pela Lei nº 14.442/2022(2) – conduz à inevitável remodelação dos negócios jurídicos firmados pela Administração Pública para esse desiderato. Uma vez fatalmente caracterizado o empate entre as propostas, todas com oferta da denominada “taxa zero”, compreensível a preocupação do gestor em relegar ao fator “sorte” a escolha do prestador do serviço, se processado o torneio sob égide da Lei nº 8.666/93(3).”*

Desta forma, como se vê, o objeto em questão tem sido causa de discussões nos tribunais, e o credenciamento se mostra a melhor solução devido às mudanças na legislação, que tem proibido a prática de taxa negativa, o que inviabiliza a competição.

**8. DO LOCAL DE ENTREGA**

Os cartões serão enviados para a Sede da Câmara Municipal de Mococa, Praça Marechal Deodoro, nº 26 - Centro, Mococa - SP, CEP 13430-047. Já as refeições, por sua vez, ficarão a cargo da escolha do usuário/servidor por estabelecimento conveniado.

**9. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

A solução escolhida e a ser adotada pela Câmara de Mococa é a contratação de empresa terceirizada especializada para administração, gerenciamento, emissão, distribuição e fornecimento do benefício de auxílio refeição (vale refeição).

Considerando os recentes posicionamento do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, que afinal é o órgão responsável pela análise das contas da Câmara de Mococa, entendemos que a melhor forma de realização dessa contratação é por credenciamento (processo administrativo de chamamento público em que a Administração Pública convoca interessados em prestar serviços ou fornecer bens para que, preenchidos os requisitos necessários, se credenciem no órgão ou na entidade para executar o objeto quando convocados), e com seleção com base no art. 79, inciso II, da Lei federal nº 14.133/2021, isto é, a critério de terceiros (beneficiário direto da prestação - servidores da Câmara Municipal de Mococa).

**10. DA JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO**

Nos termos do artigo 40, § 2º da Lei 14.133/2021, é prevista a divisão do objeto em quantas parcelas forem viáveis economicamente. Porém, o objeto possui natureza não passível de parcelamento, por ser um serviço contínuo de fornecimento e gerenciamento do auxílio refeição. Assim, não é possível realizar o parcelamento do objeto.

**11. DOS BENEFÍCIOS A SEREM ALCANÇADOS COM A CONTRATAÇÃO**

A contratação de uma empresa especializada em cartões refeição para os servidores da Câmara Municipal de Mococa é um investimento estratégico que visa promover a saúde, bem-estar e qualidade de vida, impactando diretamente na produtividade e satisfação dos funcionários. O acesso facilitado a refeições nutritivas e equilibradas durante a jornada de trabalho contribui para a redução do estresse, o aumento da energia e a melhoria do clima organizacional, resultando em servidores mais engajados, eficientes e com maior poder de escolha em seus hábitos alimentares. Além disso, a valorização do servidor reflete em sua imagem institucional perante a sociedade.

Para a Câmara Municipal, a gestão eficiente do benefício pela empresa especializada garante segurança, controle e transparência na utilização dos recursos públicos, minimizando riscos de fraudes e assegurando o cumprimento da legislação vigente. A redução do absenteísmo e da rotatividade, somada ao aumento da produtividade geral, otimiza o funcionamento da instituição e permite que seus recursos internos se concentrem em suas atividades principais, melhorando o atendimento ao interesse público e fortalecendo a imagem da Câmara como empregadora que se preocupa com o bem-estar de seus colaboradores.

**12. DAS PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS**

Não foram observadas providências específicas a serem tomadas pela Câmara em relação à contratação do objeto em si. O acompanhamento da execução contratual do objeto será realizado por servidor do órgão, não demandando treinamento para o exercício das atividades de fiscalização.

**13. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS**

Diante da natureza da contratação e tendo em vista que os serviços serão oferecidos quase que integralmente sob a forma de plataformas digitais, esta não suscita prejuízos ambientais, estando, portanto, de acordo com as regras de sustentabilidade vigentes.

**14. DO POSICIONAMENTO CONCLUSIVO**

Como demonstrado no referido estudo, existe a necessidade de contratação de empresa especializada em administração de cartões tipo auxílio refeição e a melhor forma de contratação deverá ser o chamamento público para credenciamento de empresas do ramo, com seleção pelo art. 79, inciso II, da Lei federal nº 14.133/2021, isto é, cada usuário, a partir da lista de empresas credenciadas, poderá escolher o cartão de sua preferência.

Mococa, 13 de março de 2025.

**Júlio Dias Taliberti**

Solicitante

Diretor de Secretaria

**ANEXO III  
  
 CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2025**

**INEXIGIBILIDADE Nº 01/2025**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 08/2025  
EDITAL Nº 02/2025**

**MINUTA DE CONTRATO Nº XX/2025**

**CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A CÂMARA MUNICIPAL DE MOCOCA E -----------, para prestação de serviços de administração, implementação, gerenciamento, emissão, distribuição e fornecimento de cartões eletrônicos/magnético tipo auxílio refeição com chip de segurança e com tecnologia de comunicação por aproximação (NFC, QR CODE OU SIMILARES).**

A **CÂMARA MUNICIPAL DE MOCOCA**, pessoa jurídica de Direito Público, situada na Praça Marechal Deodoro, nº 26, Centro, nesta cidade de Mococa, Estado de São Paulo, CNPJ nº 49.387.640/0001-95, doravante denominada CONTRATANTE, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o n° 49.387.640/0001-95, neste ato representada por seu presidente, vereador Sr. Clayton Divino Boch, detentor da cédula de identidade RG nº XX.XXX.XXX-X SSP/SP e inscrito no CPF sob o nº XXX.XXX.XXX-XX, residente e domiciliado na -----------------, Mococa/SP, estado de São Paulo, e, de outro, doravante denominada CONTRATADA, a ----------, inscrita no CNPJ sob o nº ----------, localizada na ----------, representada neste ato por ----------, RG nº ----------, CPF nº ----------, residente e domiciliado(a) na ----------, celebram o presente contrato, resultante do Processo Administrativo nº 08/2025 – Inexibilidade de Licitação nº 01/2025, ratificada em ----------, a cujo instrumento convocatório está vinculado, tudo em conformidade com a Lei federal nº 14.133/2021 e suas modificações posteriores, bem como a Lei federal nº 14.442/2022, têm entre si certo e ajustado, conforme cláusulas e condições a seguir transcritas:

**CLÁUSULA I – DO OBJETO E SEUS ELEMENTOS CARACTERÍSTICOS**

1.1 Credenciamento de empresa especializada em administração, implementação, gerenciamento, emissão, distribuição e fornecimento de cartões eletrônicos/magnético tipo AUXÍLIO REFEIÇÃO com chip de segurança e com tecnologia de comunicação por aproximação (NFC, QR CODE OU SIMILARES).

1.2 Integra o presente contrato, para todos os fins de direito, o Termo de Referência do Chamamento Público nº 01/2025, independentemente de transcrição, prevalecendo suas disposições naquilo que não conflitarem com as cláusulas ora pactuadas.

**CLÁUSULA II - DO FUNDAMENTO LEGAL**

2.1. O presente termo decorre do Processo Administrativo de Chamamento Público nº 01/2025, com data de proposta de \_\_/\_\_/\_\_ , e reger-se-á pelas disposições da Lei nº 14.133/21, pelas condições do Edital e seus anexos, e pela Lei n° 14.442/2022.

**CLÁUSULA III – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

3.1. Os recursos destinados ao custeio das despesas decorrentes desta contratação estão previstos na Lei Orçamentária Anual e são:

3.3.90.39.00 – Serviços terceiros pessoa jurídica.

**CLÁUSULA IV - DO PRAZO DE VIGÊNCIA**

4.1. O presente contrato terá vigência pelo prazo de 60 (sessenta) meses, contados a partir da data de de publicação de seu extrato no Diário Oficial Eletrônico da Câmara Municipal de Mococa, ou enquanto houver servidores interessados na prestação dos serviços pela contratada, o que ocorrer primeiro.

4.2. Ao término da vigência quinquenal, a critério da CONTRATANTE ou por necessidade de força maior, o contrato poderá ser prorrogado nos moldes do art. 107, da Lei Federal nº 14.133/2021, e legislação vigente.

**CLÁUSULA V - DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

5.1. Para os efeitos legais, atribui-se ao presente termos o valor global estimado de R$\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ ( ), incluindo todos os custos e encargos pagos ou devidos, correspondentes ao fornecimento de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ ( ) cartões eletrônicos/magnéticos, tipo auxílio refeição, para os servidores da Câmara Municipal de Mococa.

5.2. Pela execução dos serviços ora contratados, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA conforme pedidos efetivamente realizados, não devendo ser acrescida qualquer taxa de administração ou desconto ao pagamento dos valores dos auxílios dos beneficiários.

5.2.1. A quantidade total estimada pela CONTRATANTE poderá ser alterada em caráter de novas contratações ou demissões e poderá ser renovada no caso de prorrogação do prazo de vigência do termo.

5.2.2. Os valores dos auxílios refeição poderão sofrer alterações conforme legislação municipal.

5.3. O preço referido no caput inclui todos os custos diretos e indiretos necessários ao completo e perfeito fornecimento do objeto deste termo, de responsabilidade da CONTRATADA, razão pela qual nenhum outro valor será devido pela Câmara em decorrência do fornecimento.

5.4. Os pagamentos à CONTRATADA estão sujeitos às seguintes deduções e ou retenções:

5.4.1. Tributos, taxas e outros encargos incidentes na fonte;

5.4.2. Retenções e ou deduções determinadas por lei ou contratualmente previstas.

**CLÁUSULA VI – DO FATURAMENTO E DA EMISSÃO DE NOTA FISCAL**

6.1. As notas fiscais deverão, obrigatoriamente, ser emitidas indicando como destinatário: Câmara de Mococa, com sede em Mococa/SP, na rua Dr. Muniz Barreto, 92, Centro, CNPJ nº 49.387.640/0001-95.

Notas fiscais/faturas deverão ser encaminhadas pela CONTRATADA para a contabilidade, e-mail [contabilidade@mococa.sp.leg.br](mailto:contabilidade@mococa.sp.leg.br) .

6.1.1. As notas fiscais deverão, obrigatoriamente, ser emitidas com a expressa indicação do NÚMERO DO CONTRATO, A DESCRIÇÃO DO SERVIÇO A QUE SE REFEREM, LOCAL DA EFETIVA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS, DESTAQUE DOS IMPOSTOS INCIDENTES E EVENTUAIS DEDUÇÕES E OU RETENÇÕES LEGAIS.

6.1.2. As notas fiscais deverão ser emitidas contendo as mesmas classificações fiscais (NCM ou CNAE) indicadas na proposta original da CONTRATADA.

6.2. Caso a CÂMARA verifique a necessidade de envio de nota fiscal complementar e/ou carta de correção fiscal, a CONTRATADA deverá entregá-los no prazo de 2 (dois) dias úteis, desde que dentro do mesmo mês corrente, sob pena de adiamento do pagamento.

6.3. Fica vedada à CONTRATADA a emissão de duplicatas para a cobrança de quaisquer valores que venham a ser devidos em razão do termo.

6.4. As notas fiscais/faturas de serviços deverão ser entregues pela CONTRATADA diretamente ao gestor do termo, considerando ainda:

6.4.1. Destacar o ISS nos termos da legislação específica da Câmara da prestação dos serviços, ou do da sede da CONTRATADA, conforme o caso, em se tratando de retenção, na fonte, pela CONTRATANTE.

6.4.1.1. Recolher o ISS para cada cidade onde houver prestação dos serviços e discriminar na nota fiscal/fatura a quantidade de serviços prestados em cada cidade, bem como a respectiva alíquota ou emitir separadamente as notas fiscais/faturas para cada cidade onde houver prestação dos serviços.

6.4.1.2. Tratando-se de prestação de serviços na Câmara Municipal de Mococa, destacar o ISS, que será retido e recolhido na fonte pela CONTRATANTE, nos termos da legislação municipal.

6.4.2. Destacar retenções nos termos da Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 2.145 de 26/06/2023, quando não enquadrada no simples nacional.

6.5. A CONTRATANTE enviará pedido de crédito em até 5 (cinco) dias úteis antes da efetivação dos créditos. A CONTRATADA emitirá a Nota Fiscal em até 2 dias úteis após o pedido. A CONTRATANTE efetuará o pagamento após a emissão da Nota Fiscal e até 1 dia útil antes da efetivação dos créditos.

**CLÁUSULA VII - DA SUBCONTRATAÇÃO**

7.1. É vedada à CONTRATADA a subcontratação parcial ou total do objeto ora contratado.

**CLÁUSULA VIII - DA CESSÃO**

8.1. É vedado à CONTRATADA ceder a terceiros, ainda que parcialmente, os direitos e obrigações decorrentes deste termo.

**CLÁUSULA IX - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

9.1. Além das obrigações previstas neste documento e nos demais anexos, competem às PARTES.

**9.1.1. DAS OBRIGAÇÕES DA CÂMARA (CONTRATANTE):**

9.1.1.1. Assegurar o acesso dos empregados da CONTRATADA em suas dependências, nos locais de realização dos serviços, exceto quando os serviços forem realizados fora das dependências da Câmara;

9.1.1.2. Fornecer à CONTRATADA as informações e a documentação técnica indispensáveis ao fornecimento do objeto deste contrato;

9.1.1.3. Manter sigilo sobre detalhes técnicos dos produtos e processos industriais da CONTRATADA;   
  
9.1.1.4. Exercer fiscalização e acompanhamento do objeto ora contratado, por intermédio de seus representantes, devidamente credenciados, para os quais a CONTRATADA deverá facilitar o exercício de suas funções;

9.1.1.5. A presença da fiscalização da CONTRATANTE não elimina nem atenua as responsabilidades da CONTRATADA quanto ao cumprimento de suas obrigações contratuais e legais.

9.1.1.6. Notificar a CONTRATADA, por escrito, quando verificadas eventuais irregularidades;  
  
9.1.1.7. Fornecer à CONTRATADA quaisquer informações adicionais, objetivando dirimir dúvidas e/ou facilitar o cumprimento do termo, a qualquer tempo;

9.1.1.8. Suspender o fornecimento do objeto da contratação que não atenda às exigências contratuais, às especificações e aos padrões fornecidos pela Câmara ou, quando considerar necessário viabilizar a sua melhor execução;

9.1.1.9. Realizar, a qualquer tempo, diligências para o saneamento de dúvidas ou requerer atualizações referentes às informações fornecidas pela CONTRATADA, podendo exigir a apresentação de documentos referentes à Saúde Financeira e Compliance que evidenciem a lisura, condições estáveis e seguras na execução contratual.

9.1.1.10. Enviar os valores referentes a cada funcionário que faz jus ao benefício, com 5 (cinco) dias úteis de antecedência.

**9.1.2. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:**

9.1.2.1. Manter todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação durante o prazo de execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações ora assumidas, facultando-se à CONTRATANTE o direito de exigir, a qualquer tempo, a comprovação desta condição;

9.1.2.2. Executar o fornecimento do objeto contratado dentro dos padrões de qualidade, quantidade e segurança exigidos, em estrita observância às condições definidas no termo e de acordo com as instruções recebidas da CONTRATANTE, por meio de profissionais legalmente habilitados, em quantidade compatível com o objeto de contratação, observando os prazos de entrega/realização e suas eventuais alterações;

9.1.2.3. Credenciar 1 (um) representante da CONTRATANTE, que deverá possuir o conhecimento e capacidade profissional necessários, bem como ter autonomia e autoridade para resolver qualquer assunto relacionado com o objeto contratado, verificar o bom andamento dos mesmos, zelar pela disciplina da(s) equipe(s) e pelo seu aprimoramento;

9.1.2.4. Observar as disposições legais que regulamentam o exercício de sua atividade, como empresa legalmente habilitada para a prestação do objeto deste termo;

9.1.2.5. Cumprir as instruções, normas e medidas de segurança que forem determinadas por escrito pela CONTRATANTE, responsabilizando-se totalmente pelo ônus decorrente de infrações às leis de segurança no trabalho;

9.1.2.6. Contratar todos os seguros a que estiver obrigada pelas leis brasileiras, em qualquer tempo, sem ônus à CONTRATANTE;

9.1.2.7. Cumprir fielmente, quando aplicáveis, as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT;

9.1.2.8. Cumprir rigorosamente as exigências da legislação tributária, fiscal, trabalhista, previdenciária, de seguro, higiene, saúde e segurança do trabalho e do meio ambiente, inclusive a Resolução do CONAMA 307/2002, quando aplicável, assumindo todas as obrigações e encargos legais inerentes e respondendo integralmente pelos ônus resultantes das infrações cometidas;

9.1.2.9. Colaborar com a fiscalização da CONTRATANTE em qualquer fase de execução do termo, proporcionando a assistência e facilidades necessárias ao exercício da fiscalização;   
  
9.1.2.10. Comunicar à CONTRATANTE qualquer anormalidade no cumprimento do termo por escrito e com antecedência suficiente para que em tempo hábil possam ser adotadas as providências cabíveis;

9.1.2.11. Cumprir os seguintes compromissos de responsabilidade social na relação com seus empregados, contratados e prestadores de serviço;

9.1.2.12. Apoiar e respeitar a proteção de direitos humanos na sua área de influência, certificando-se de que não é cúmplice em abusos e violações dos direitos humanos;   
  
9.1.2.13. Não utilizar, em todas as atividades da empresa, de trabalho infantil nem de trabalho forçado ou análogo à condição de escravo;

9.1.2.14. Combater a prática de discriminação em todas as suas formas, valorizando a diversidade;

9.1.2.15. Prevenir o assédio moral e o assédio sexual;

9.1.2.16. Garantir a livre associação sindical e o direito à negociação coletiva;

9.1.2.17. Apresentar, sempre que solicitada, a documentação comprobatória do adimplemento de suas obrigações citadas acima.

9.1.2.18. Conhecer e cumprir as normas previstas na Lei 12.846/2013, “Lei Anticorrupção”, abstendo-se de cometer os atos tendentes a lesar a administração pública e denunciando a prática de irregularidades de que tiver conhecimento, por meio dos canais de denúncia disponíveis na Câmara;

9.1.2.19. Declarar conhecimento de que, como forma de prevenir a ocorrência desses atos, a CONTRATANTE mantém um efetivo sistema de controles internos e de compliance composto, dentre outros, por:

9.1.2.19.1. Canal de Denúncia Anônima, responsável por receber informações sobre irregularidades, acessível aos empregados e contratados;

9.1.2.19.2. Ouvidoria, responsável por registar e conferir o tratamento adequado às denúncias, reclamações, sugestões e elogios, advindos tanto do público externo quanto interno.

9.1.2.19.3. Manter a **taxa 0% de administração**, sem cobrança de quaisquer custos de operação necessários à execução do contrato.

9.1.2.20. Enviar, no primeiro mês de contrato, ao Departamento de Recursos Humanos desta Câmara Municipal, os correspondentes Cartões Magnéticos personalizados, em até 10 (dez) dias corridos após receber a relação de funcionários contemplados com o benefício.

9.1.2.21. Proceder ao carregamento dos cartões (crédito) até o primeiro dia útil de cada mês.

**CLÁUSULA X – DA CONFIDENCIALIDADE**

10.1. As partes concordam que todas as informações, dados, documentos e demais elementos relacionados a este contrato deverão ser tratados como informações sigilosas e restritas, que não deverão divulgar as referidas informações a terceiros, sem o prévio consentimento, por escrito, da outra parte. Neste sentido, as partes concordam em manter sigilo sobre todas as informações de que venham a tomar conhecimento ou que, de outra forma, possam vir a utilizar durante a vigência deste contrato.

**CLÁUSULA XI - DA RESPONSABILIDADE POR DANOS E OBRIGAÇÕES NÃO CUMPRIDAS**

11.1. A CONTRATADA responderá por todos e quaisquer danos provocados diretamente à Câmara ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, na execução deste termo, decorrentes de atos ou omissões de sua responsabilidade, a qual não poderá ser excluída ou atenuada em função da fiscalização ou do acompanhamento exercido pela Câmara, obrigando-se, a todo e qualquer tempo, a ressarci-los integralmente, sem prejuízo das multas e demais penalidades previstas no presente instrumento.

11.1.1. Para os efeitos desta cláusula, danos significam todo e qualquer ônus, despesa, custo ou obrigação que venham a ser assumidos pela Câmara em decorrência do não cumprimento pela CONTRATADA ou de seus subcontratados, se for o caso, de obrigações a ela atribuídas contratualmente ou por força de disposição legal, incluindo, mas não se limitando, à pagamentos ou ressarcimentos efetuados pela Câmara a terceiros, multas, penalidades, emolumentos, taxas, tributos, despesas processuais, honorários advocatícios e outros.

11.1.2. Ficam excluídas as responsabilidades da CONTRATADA por:

11.1.2.1. danos indiretos;

11.1.2.2. lucros cessantes decorrentes de efeito indireto e imediato do inadimplemento contratual.

11.1.3. Se qualquer reclamação relacionada ao ressarcimento de danos ou ao cumprimento de obrigações definidas contratualmente como de responsabilidade da CONTRATADA for apresentada ou chegar ao conhecimento da Câmara, esta notificará a CONTRATADA por escrito para que tome as providências necessárias à sua solução, diretamente, quando possível, a qual ficará obrigada a entregar à Câmara a devida comprovação do acordo, acerto, pagamento ou medida administrativa ou judicial que entender de direito, conforme o caso, no prazo que lhe for concedido.

11.1.4. As providências administrativas ou judiciais tomadas pela CONTRATADA não a eximem das responsabilidades assumidas perante a CONTRATANTE, nos termos desta cláusula.

11.2. Fica desde já ajustado que todos e quaisquer valores que vierem a ser imputados à CONTRATADA a título de multas ou penalidades em decorrência da execução do fornecimento, bem como qualquer obrigação definida no termo como de sua responsabilidade, que por eventual determinação judicial ou administrativa venha a ser paga pela Câmara, revestem-se das características de liquidez e certeza, para efeito de execução judicial, nos termos do art. 786 do CPC.

11.3. Para assegurar o cumprimento das obrigações definidas no termo como de responsabilidade da CONTRATADA, a CONTRATANTE poderá reter parcelas de pagamentos contratuais ou eventuais créditos de sua titularidade, mediante simples notificação escrita à CONTRATADA.

**CLÁUSULA XII - DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS**

12.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela Lei 14.133/2021.

12.2 Os reajustes anuais previstos no valor do benefício poderão ser formalizados por apostilamento ao presente instrumento.

12.3 As demais alterações contratuais deverão ser formalizadas por termo de aditamento.

**CLÁUSULA XIII - DO INADIMPLEMENTO CONTRATUAL E DAS PENALIDADES**

13.1. Caracterizado o inadimplemento contratual pela inexecução total ou parcial do objeto ora contratado, a CONTRATANTE aplicará à CONTRATADA as seguintes sanções:

13.1.1. Advertência formal;

13.1.2. Multa de 0,33% (trinta e três centésimos de por cento) ao dia, sobre o valor da nota fiscal/fatura mensal ou evento de pagamento, referente ao mês em que for constatado o descumprimento de quaisquer outras obrigações prevista neste termo, até o limite de 10% (dez por cento) do valor residual do termo;

13.1.3. Multa de 15% (quinze por cento) sobre o valor total da contratação nos casos de rescisão contratual por culpa da CONTRATADA, sem prejuízo do pagamento de outras multas que lhe tenham sido aplicadas e de responder por perdas e danos que a rescisão ocasionar a Câmara;

13.1.4. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Câmara, pelo prazo de até 2 (dois) anos.

13.2. As penalidades previstas neste termo são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

13.3. Para a aplicação das penalidades de multa e suspensão temporária, a CONTRATADA será notificada para apresentação de defesa prévia, no prazo mínimo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da notificação.

13.4. As multas previstas não têm caráter compensatório e o seu pagamento não eximirá à CONTRATADA da responsabilidade por perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.   
  
13.4.1. As multas aplicadas deverão ser recolhidas no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, contados da data da comunicação formal e poderão ser descontadas de qualquer fatura ou crédito existente na Câmara em favor da CONTRATADA ou, ainda, do valor da garantia contratual prestada, se houver, ou cobrança judicialmente.

13.4.2. A aplicação de multa não impede que a CONTRATANTE rescinda o termo e aplique outras sanções previstas.

13.4.3. Não será aplicada multa se, comprovadamente, o atraso na execução do termo advier de caso fortuito ou motivo de força maior, devidamente justificado.

13.5. Constatando-se a existência de fraude ou abuso de forma na criação de novas sociedades, os efeitos da sanção administrativa de suspensão temporária poderão ser a elas estendidos, bem como às pessoas naturais responsáveis, sem prejuízo das demais medidas administrativas e judiciais cabíveis, observado o contraditório e ampla defesa.

13.6. A CONTRATANTE informará os dados relativos às sanções por ele aplicadas à CONTRATADA, nos termos definidos no art. 83 da Lei nº 13.303/2016, de forma a manter atualizado o cadastro de empresas inidôneas de que trata o art. 23 da Lei nº 12.846/2013.

**CLÁUSULA XIV - DOS VÍCIOS, DEFEITOS OU INCORREÇÕES**

14.1. A CONTRATADA é obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do termo em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução dos serviços ou dos materiais empregados, e responderá por danos causados diretamente a terceiros ou a Câmara, independentemente da comprovação de sua culpa ou dolo na execução do termo. Se, durante a execução do termo, a CONTRATADA causar danos à CONTRATANTE, responderá, ainda, pelos danos emergentes e lucros cessantes, nos termos do contrato.

**CLÁUSULA XV - DA SUSPENSÃO E RESCISÃO CONTRATUAL**

15.1. O presente termo poderá ser rescindido:

15.1.1. Por acordo entre as partes, via Termo de Distrato, desde que não haja prejuízo aos interesses da CONTRATANTE;

15.1.2. Unilateralmente;

15.1.3. Por via judicial.

15.2. Os casos de rescisão serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, observado, ainda:

15.2.1. Na hipótese de rescisão unilateral por iniciativa da CONTRATADA, deverá ser observada a multa rescisória prevista na cláusula “Do Inadimplemento Contratual e das Penalidades”.   
  
15.2.2. As causas de rescisão do presente termo, unilateralmente pela Câmara,são as seguintes:

15.2.2.1. O descumprimento das obrigações trabalhistas ou previdenciárias, ou a não manutenção das condições de habilitação pela CONTRATADA, sem prejuízo da indenização à CONTRATANTE por perdas e danos, bem como da aplicação de outras sanções cabíveis;

15.2.2.2. O abandono contratual por parte da CONTRATADA, assim entendido como a interrupção da execução contratual, no que lhe compete, por prazo superior a 10 (dez) dias corridos, sem prejuízo da indenização a Câmara por perdas e danos, bem como da aplicação de outras sanções cabíveis;

15.2.2.3. O não cumprimento, ou o cumprimento irregular das cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos, de maneira reiterada;

15.2.2.4. A lentidão da execução contratual, que comprometa o serviço conforme cronograma de prazos;

15.2.2.5. O atraso injustificado no início do serviço;

15.2.2.6. A paralisação do serviço, sem justa causa e prévia comunicação à Câmara;

15.2.2.7. O desatendimento das determinações regulares de gestão e fiscalização do termo, por parte do Gestor e/ou Fiscais do termo, assim como de seus superiores hierárquicos.

15.2.2.8. O cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas e comunicadas ao contratado;

15.2.2.9. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do termo;

15.2.2.10. A constatação de que a CONTRATADA é agente econômico envolvido em casos de corrupção, nos termos da Lei nº 12.846/2013;

15.2.2.11. A subcontratação total ou parcial do objeto contratual, a associação da CONTRATADA com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no termo, nem autorizadas pela Câmara;   
15.2.2.12. A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

15.2.2.13. A dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado.

15.2.3. Nas hipóteses descritas nos nove primeiros subitens acima, a CONTRATANTE poderá conceder prazo razoável para que a CONTRATADA regularize as pendências, sem prejuízo da aplicação das multas cabíveis.

15.2.3.1. A CÂMARA poderá também, desde que não coloque em risco seus bens e direitos, determinar a suspensão da execução contratual por até 30 (trinta) dias corridos,após os quais a CONTRATADA deverá retomar a execução do termo em condições de pleno adimplemento de suas obrigações

15.2.4. Em caso de rescisão unilateral por iniciativa da CONTRATANTE, sem culpa da CONTRATADA, esta poderá solicitar a devolução/pagamentos descritos abaixo. Em caso de acordo entre as partes, esses direitos poderão ser negociados.

15.2.4.1. Devolução de garantia, se houver;

15.2.4.2. Pagamento devido pela execução do termo até a data da rescisão;

15.2.4.3. Pagamento dos custos de desmobilização incorridos, desde que devidamente comprovados e aceitos pela CONTRATANTE.

**CLÁUSULA XVI - DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO**

16.1. A gestão do contrato, pela CONTRATANTE, será exercida por servidor nomeado, por Portaria, para o exercício desta função no âmbito dos contratos firmados pela Câmara Municipal de Mococa, ao qual competirá velar pela perfeita execução do objeto, da proposta da CONTRATADA e deste instrumento, bem como providenciar a formalização de eventuais termos de aditamento e de apostilamento.

16.2. A CONTRATANTE designará um(a) servidor(a) para atuar com fiscal do contrato, o(a) qual para promoverá o acompanhamento e a fiscalização da prestação dos serviços, sob aspectos qualitativos e quantitativos, realizando anotações em registro próprio de falhas e ocorrências detectadas e realizará a conferência das notas fiscais, realizando o atesto destes e encaminhando-os para o respectivo pagamento.

16.3. A presença da fiscalização da CONTRATANTE não elimina nem atenua as responsabilidades da CONTRATADA quanto à qualidade dos serviços fornecidos e cumprimento de suas obrigações contratuais e legais.

**CLÁUSULA XVII - DA PUBLICIDADE**

17.1. Como condição de sua eficácia, a CONTRATANTE publicará o extrato deste termo no Diário Oficial Eletrônico da Câmara Municipal de Mococa.

**CLÁUSULA XVIII – DA VINCULAÇÃO AO CHAMAMENTO PÚBLICO E AO TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO**

18.1. O presente contrato fica vinculado à proposta apresentada pela CONTRATADA, ao Edital de Chamamento Público e ao Processo Administrativo nº 08/2025, Inexigibilidade de Licitação nº 01/2025.

**CLÁUSULA XIX – DO FORO**

19.1. O foro competente para dirimir quaisquer questões ou omissões oriundas deste contrato é o da Comarca de Mococa.

E por estarem justas e contratadas, assinam o presente termo, na presença de 2 (duas) testemunhas, para que produzam os efeitos legais.

**Mococa/SP, \_\_\_ de \_\_\_\_\_\_\_\_\_ de 2025.**

**CONTRATANTE CONTRATADA**

**Clayton Divino Boch Representante Legal**

**RG n° RG n°**

**CPF n° CPF n°**

**TESTEMUNHA 1 TESTEMUNHA 2**

**Nome Nome**

**CPF n° CPF n°**

**INSTRUÇÃO Nº 01 e 02/2004**

**TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO**

**CONTRATO Nº \_\_\_/2025.**

**CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE MOCOCA.**

**CONTRATADA:**

**OBJETO:** Credenciamento de empresa especializada em administração, implementação, gerenciamento, emissão, distribuição e fornecimento de cartões eletrônicos/magnético tipo auxílio refeição, com chip de segurança e com tecnologia de comunicação por aproximação (NFC, QR CODE OU SIMILARES).

**Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:**

1. Estamos CIENTES de que:

a) O ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;

b) Poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastro no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;

c) Além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;

d) As informações pessoais dos responsáveis pela contratante estão cadastradas no módulo eletrônico do “Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP”, nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº 01/2020, conforme “Declaração(ões) de Atualização Cadastral” anexa (s);

e) É de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.

**2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:**

a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;

b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

Mococa, \_\_\_ de \_\_\_\_\_\_ de 2025.

**AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE:**

**Nome: Clayton DIvino Boch**

**Cargo: Presidente**

**CPF:  
  
RESPONSÁVEIS PELA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME:**

**Nome: Clayton Divino Boch**

**Cargo: Presidente**

**CPF:**

**Assinatura:**

**RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:**

**Pelo contratante:**

**Nome: Clayton Divino Boch**

**Cargo: Presidente**

**CPF:**

**Assinatura:**

**Pela contratada:**

**Nome:  
Cargo:  
CPF:**

**Assinatura:**

**ORDENADOR DE DESPESAS DA CONTRATANTE:**

**Nome: Clayton Divino Boch**

**Cargo: Presidente**

**CPF:**

**Assinatura: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_**

**GESTOR DO CONTRATO:**

**Nome:**

**Cargo:**

**CPF:**

**Assinatura: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_**

**ANEXO IV - SOLICITAÇÃO DE CREDENCIAMENTO**

**CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2025  
INEXIGIBILIDADE Nº 01/2025  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 08/2025  
EDITAL Nº 02/2025**

***Observação: Este modelo deverá ser copiado na forma e na íntegra em papel impresso da empresa.***

**CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2025**

A empresa........................., inscrita no CNPJ sob o nº. ................, sediada à ......................, nº ............., bairro ............., município de ................, por seu representante legal o Sr. ........................, inscrito sob o CPF nº. ............... e RG nº: ................, domiciliado na ........................., e-mail ............................ vem por meio deste, solicitar o CREDENCIAMENTO para administração, implementação, gerenciamento, emissão, distribuição e fornecimento de cartões eletrônicos/magnético tipo auxílio refeição com chip de segurança e com tecnologia de comunicação por aproximação (nfc, qr code ou similares).

Declara, sob as penalidades da lei, preencher, nesta data, todas as condições exigidas no Edital do Chamamento Público nº 01/2025 e, nunca ter sofrido qualquer penalidade no exercício da atividade, especialmente que possui estrutura para prestar os serviços previstos no Edital, e que aceita prestar os serviços pelos valores constantes da tabela prevista neste regulamento.

Apresenta documentos, declarando expressamente a concordância com todas as condições apresentadas no Edital e ciência de que o pedido de Credenciamento poderá ser deferido ou indeferido, segundo a avaliação da Comissão Permanente de Licitações. As intimações e comunicações decorrentes deste requerimento poderão ser encaminhadas ao endereço ................................., seja pessoalmente, por carta ou outro meio idôneo.

Termos em que pede-se deferimento.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_,\_\_\_\_\_\_de\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ de 2025.

**\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_**

**Assinatura e carimbo do licitante.**

**e-mail**

1. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/precos-e-custos/9258-indice-nacional-de-precos-ao-consumidor.html?=&t=series-historicas> Acesso em: 07/03/2025 [↑](#footnote-ref-1)
2. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/cartadeconjuntura/wp-content/uploads/2024/12/241227_cc_65_nota_29_tabela.png> Acesso em: 07/03/2025 [↑](#footnote-ref-2)
3. Informação fornecida pelo palestrante Robson Luis Correia na palestra “Seminário Nova Lei de Licitações: chegou a hora de usar - 23/03/2023- Tarde” transmitida pela Escola Paulista de Contas Públicas do TCESP no YouTube – Disponível <<https://www.youtube.com/watch?v=y4y3CR4yQns>> Acesso em: 07 de fev. 2025. 1:33:00. [↑](#footnote-ref-3)